Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

O conceito de sociedade civil na “American
Historical Review” na segunda metade do século XX

Ricardo Santos Buzzo

São Paulo
2011

Ricardo Santos Buzzo

O conceito de sociedade civil na “American
Historical Review” na segunda metade do século XX

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História Social
do Departamento de História, da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para a obtenção do
título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Angelo de Oliveira Segrillo

São Paulo

2011

Comissão Julgadora

Angelo de Oliveira Segrillo (Orientador)

José Antônio Vasconcellos

Bruno Bontempi Jr.

Resumo

Após levantar um breve histórico do conceito de *sociedade civil* na tradição filosófica ocidental, com especial atenção para as obras dos jusnaturalistas (Hobbes, Locke e Rousseau), Hegel e Gramsci, buscando identificar quais transformações sofreu este conceito ao longo do tempo, apresentamos um panorama do cenário historiográfico norte-americano, apresentando suas principais escolas, com ênfase em três momentos: a tensão entre amadores e profissionais, que estabelece o campo profissional; a hegemonia progressista da “nova história” (década de 1930), e a transição do consensualismo para o período multifacetado em que surge a história das minorias. Por último, analisamos 41 artigos da *American Historical Review*, de 1947 a 1992. O objetivo do trabalho foi compreender quais os sentidos atribuídos a este termo, pensando qual sua relação com os clássicos que pensaram este conceito, bem como com os interesses ideológicos em jogo no cenário intelectual norte-americano.

Abstract

After a brief review of the concept of *civil society* in the Western philosophical tradition, with special attention to the works of natural law philosophers (Hobbes, Locke and Rousseau), Hegel and Gramsci, and seeking to identify how this concept has changed over time, we present an overview of North American historiography and its main schools, with emphasis on three points: the tension between amateur and professional historians establishing the professional field, the hegemony of the progressive "new history" (1930s), and the transition period from consensualism to the appearance of multi-faceted history of minorities. Finally, we analyze 41 American Historical Review articles from 1947 to 1992. The aim is to understand the meanings attributed to the expression "civil society", reflecting upon their relationship with the classics that forge this concept, as well as with the ideological interests within the American intellectual scene.

Introdução

A idéia deste projeto surgiu a partir da realização da disciplina de História Econômica no curso de graduação em História na Universidade de São Paulo, ministrado pelo professor Lincoln Secco em 2004, sobre o pensamento de Antônio Gramsci. A partir da discussão sobre americanismo, passei a me interessar pela relação entre o desenvolvimento da sociedade civil e o estabelecimento de uma sociedade democrática, principalmente a partir dos comentários de Norberto Bobbio.¹ Segundo esta leitura, o conceito de sociedade civil em Gramsci é fundamental para se pensar a realização da liberdade, o que passa inclusive pelo fortalecimento das instituições liberal-democráticas.² Esta elaboração particular sobre a filosofia de Gramsci me levou a considerar quais as condições de possibilidade para a mudança de eixo - de teoria engajada na prática revolucionária em teoria política preocupada com a sociedade contemporânea - e como o uso desses conceitos se generalizaria entre cientistas sociais ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, uma breve leitura de publicações sobre o chamado "terceiro setor"

1 BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci: o conceito de sociedade civil*. 2ª ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002 e BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

2 BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci: o conceito de sociedade civil*. Op. Cit. pp. 62-64 e 70-72. Sobre as instituições liberal-democráticas ver pp. 81-89.

permite que se leia o termo "sociedade civil" repetidas vezes, sem referência a Gramsci, Marx e Hegel, ou mesmo aos jusnaturalistas.³

O conceito tem sido investigado por filósofos e cientistas políticos, mas em nosso levantamento não encontramos nenhum trabalho historiográfico *strictu sensu* dedicado especificamente a este tema. Entendemos que, para levar a cabo tal tarefa, será necessário investigar quando o "emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham uma importância de caráter social e histórico", buscando compreender "a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica"⁴

Daí que pretendemos, neste trabalho, compreender como se desenhou um conceito que se tornou central para algumas políticas hegemônicas mundiais do período pós-Segunda Guerra.

Na historiografia do pós-guerra nos Estados Unidos havia uma tensão estimulada pelo ambiente político americano durante as décadas de 1940 e 1950, com o estabelecimento de uma nova ordem internacional, na qual os Estados Unidos colocavam-se como nação hegemônica no conjunto dos países capitalistas e viam na

3 Para uma genealogia do conceito, ver COHEN, Jean Louis; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge: Mit, 1995. pp. 83-116 (nossa tradução).

4 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RIO, 2006. p. 101.

União Soviética um adversário dotado de uma ideologia agressiva e pretensões expansionistas. Além da importância do reconhecimento de um Outro, diferente e ameaçador, como fator aglutinador de valores nacionais americanos, devemos levar em consideração ainda o *macarthismo*, que desencorajava pesquisas acadêmicas que enfatizassem conflitos internos.⁵ Havia uma preocupação por parte de grande número de acadêmicos de "fazer uma distinção clara entre a academia e a ciência do Mundo Livre e as práticas espúrias de seus inimigos"⁶

É justamente neste contexto que o uso do termo "sociedade civil" se torna mais recorrente, e aí que buscamos as implicações políticas dos significados assumidos por este conceito.

Optamos por traduzir todas as citações, mantendo sempre o texto original em notas de fim (no caso das citações no corpo do texto) ou em colchetes, logo após o texto traduzido (nas citações em notas de rodapé). As notas de fim foram numeradas com romanos, e as notas de rodapé com arábicos. O modelo de referência adotado foi a norma vigente da ABNT, sendo que a documentação trabalhada, para que seja mais fácil se diferenciar da bibliografia consultada, foi citada em notas de rodapé. Toda a documentação consultada

5 VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 32.

6 NOVICK, Peter. *That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 282 (nossa tradução)

encontra-se disponível na Biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP..

Diferenciamos as referências bibliográficas citadas no primeiro capítulo, apresentadas em sua seqüência, da bibliografia, apresentada no final, para facilitar a leitura.

Capítulo 1: Um histórico do Conceito de Sociedade Civil na Tradição Ocidental Moderna

Quando usamos um termo evocamos uma densa história que vai desde sua primeira aparição na língua até o momento em que o usamos. Isso evidentemente não quer dizer que uma palavra carregará todos os sentidos que assumiu em sua existência, se tornando uma partícula polissêmica que, em última instância, se refira a todas as coisas que existam. Mas seu sentido, tal como adotado por um emissor contemporâneo, dialogará com esse processo, e, de forma negativa ou afirmativa, presentificará muito do seu percurso no repertório da língua.

Por isso consideramos necessário delinear o desenvolvimento do conceito de sociedade civil na tradição filosófica ocidental, de modo a identificar suas variações, levantando um amplo espectro de sentidos que servirão de base para a análise da documentação (capítulo 3), tornando possível verificar quais desses sentidos estão sendo retomados ou mesmo sobrepostos, ou se, e como, transformados.

O conceito surge como a tradução latina de *politike koinonia* de Aristóteles, espaço de atuação política, em oposição ao espaço privado da *oikos*, a família, o espaço das atividades materiais de reprodução da vida. Ali a sociedade civil é o campo da política, da

vida comunitária. Este conceito é traduzido pelos latinos como *societas civilis* (ARATO; COHEN, 1995, p. 84-85). Sendo uma tradução, pretende manter o mesmo sentido.

A *Polis* é a união das aldeias, por sua vez formada por famílias. Só a *Polis* “possui a faculdade de bastar-se a si mesma: a independência econômica. (...) Nascida principalmente da necessidade de viver, ela subsiste para uma vida feliz” (SOARES, 2006, p. 25), sendo a felicidade “constituída pelo prazer junto com a contemplação, em harmonia com a contemplação e a seu serviço.” (SOARES, 2006, p. 24). A *Polis* tem como características fundamentais “a preeminência da *palavra* sobre todos os outros instrumentos do poder”, o “cunho de plena *publicidade* dada às manifestações mais importantes da vida social” e a *semelhança* entre os “que compõem a cidade”, e deve se constituir como uma “unidade verdadeira cuja fonte está na justiça e na amizade que devem imperar” entre seus membros. (SOARES, 2006, pp. 27-28 e 31) Isso constitui uma concepção ética da cidade, comunidade moral. Daí que a sociedade civil seja, aqui, o espaço dos *iguais*, mediados pela *palavra*, constituindo o *público* que visa a *felicidade*.

Arato e Cohen pensam na projeção que adquiriu o conceito no século XX dentro dos marcos do “mundo intelectual e mesmo da cultura política do pós-marxismo (e talvez do 'pós-gramscianismo')”ⁱ, entendendo como pós-marxismo “o projeto teórico de Lukacs,

Gramsci e a primeira geração da Escola de Frankfurt” (ARATO; COHEN, 1995, p. 71). Para uma reflexão sobre a importância que a idéia de “sociedade civil” adquiriu ao longo deste século é fundamental atentar para a obra de Gramsci, e de um de seus mais respeitados comentadores, Norberto Bobbio. Mas não podemos nos socorrer de uma fácil linhagem que nos chegue desde Aristóteles, passando por Hobbes, Rousseau, Hegel e Gramsci. O próprio Bobbio atenta para o uso deste conceito ser, “até mesmo na linguagem filosófica, (...) menos técnico e rigoroso, com significações oscilantes” (BOBBIO, 2002, p. 49), e podemos acrescentar que seus sentidos “não são apenas contraditórios entre si, mas também relativamente pobres em categorias. Para além disso, suas ligações com uma rica tradição interpretativa não são claras.”ⁱⁱ (ARATO; COHEN, 1995, p. 83)

Daí que não se trata de um estudo do desenvolvimento deste conceito na tradição filosófica ocidental para saber aonde chegou e que modificações sofreu ao longo do tempo, determinando o *estado atual* do debate. A partir da consciência de que, quando o termo é evocado, haverá ligações frágeis com os sentidos a ele atribuídos ao longo do tempo, podemos enunciar o problema dos sentidos *retomados, sobrepostos, transformados*, e isso nos dirá mais do tempo em que foram enunciadas essas significações do que alguma ligação teórica ou política com a(s) linhagem(s) evocada(s). No entanto, nos textos acadêmicos que analisaremos neste trabalho,

mesmo que frágil, haverá essa referência à tradição, que legitima a enunciação contemporânea presente em nossa documentação.

Essa tradição fundadora, que trabalha o conceito à luz da discussão sobre o estado, tem seu primeiro representante na figura de Thomas Hobbes e os autores jusnaturalistas que o sucedem.

Para Hobbes, o conceito de sociedade civil, ou estado civil, existe em oposição ao estado de guerra ou estado de natureza (BOBBIO, 2002, p. 44). Aqui, sociedade civil é idêntica ao estado, este criado pelo pacto social que acaba com o estado de guerra ou natureza.

Nos corpos políticos o poder do representante é sempre limitado, e quem estabelece seus limites é o poder soberano. Porque o poder ilimitado é soberania absoluta. E em todos os Estados o soberano é o absoluto representante de todos os seus súditos, portanto nenhum outro pode ser representante de qualquer parte deles a não ser na medida em que ele o permita. (HOBBS, 1974, p. 141)

No capítulo XXVI, Hobbes afirma categoricamente que “leis civis” são as leis do Estado, derivando sua observação do direito romano, no qual, segundo ele, Civitas significa estado (HOBBS, 1974, p. 163).

Para este autor, é necessária a instituição de um estado civil para que possa haver a paz, que garanta a propriedade, a “distinção

entre o meu e o teu” (SOARES, 2006, p. 41), impossível num estágio anterior de guerra generalizada.

Neste estado existe apenas “a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a este fim.” Para Hobbes, a liberdade é a “ausência de impedimentos externos”, e o estado de natureza é o da liberdade ilimitada. Neste estado, há uma condição de guerra permanente, em que “todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros” (HOBBS, 1974, p. 82). Na busca pela preservação da própria vida e pela paz, é preciso abrir mão de parte da liberdade natural, ou deixar de exercer um direito: é o que caracteriza um *contrato* (HOBBS, 1974, p. 84). O único meio de fazer valer efetivamente a transferência de parte de sua liberdade sem ameaçar a própria vida é o estado civil, no qual todos os indivíduos abrem mão simultaneamente daquele direito natural de liberdade, “onde foi estabelecido um poder para coagir aqueles que de outra maneira violariam sua fé” (HOBBS, 1974, p. 86).

É interessante notar que para Hobbes o termo sociedade civil descreve o todo social, a forma de organização social adotada. Daí que sob o estado civil ou sociedade civil é preciso haver um

governo, um estado, um soberano, estes como elementos componentes do todo social caracterizado como “sociedade civil”.

Já Locke identifica sociedade civil e sociedade política, como distintas do estado.

o ponto de partida de toda sociedade civil é o consentimento dado por um certo número de homens para a formação de um único político. Só o consentimento pode instituir o corpo político. (SOARES, 2006, p. 46)

O estado de natureza seria

um estado de perfeita liberdade [dos homens] para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem. Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro. (LOCKE, 1973, p. 41)

Liberdade, no entanto, não deve ser confundida com licenciosidade, pois

apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontrolável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse, senão quando uso mais nobre do que a simples conservação o exija. (LOCKE, 1973, p. 42)

O que determina o “uso nobre” acima referido é a lei da natureza, ditada pelos princípios da razão, que “importa na paz e na preservação de toda a Humanidade”. A tarefa de executar a lei natural, inclusive eventual castigo a seus transgressores, cabe a todos os homens (LOCKE, 1973, p. 42).

Para Locke, o estado de guerra é um “estado de inimizade e destruição”, distinto do estado de natureza (LOCKE, 1973, pp. 46-47). Para evitar o estado de guerra os homens se reúnem em sociedade, deixando o estado de natureza (LOCKE, 1973, p. 48). Esta passagem ao estado político ou civil se dá de forma espontânea e consciente (LOCKE, 1973, p. 45).

Nesta passagem, cada um dos membros deverá

renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade. (...) Sempre que, portanto, qualquer número de homens se reúne em uma sociedade de tal sorte que cada um abandone o próprio poder executivo da lei de natureza, passando-o ao público, nesse caso e somente nele haverá uma sociedade civil ou política. (LOCKE, 1973, p. 73)

A sociedade civil, que tem por objetivo a preservação da propriedade, qual seja, propriedade da vida, da liberdade e dos bens (LOCKE, 1973, p. 88), contém uma forma de governo civil, no qual há um legislativo que determina as leis. No governo civil, o poder do legislativo é idêntico ao poder da sociedade (LOCKE, 1973, p. 74).

A tradução de Locke para o termo latino *civitas* é “comunidade” (LOCKE, 1973, p. 91), uma sutil diferença em relação à opção hobbesiana por “estado”.

Agora sociedade civil ainda se remete ao todo social, mas é anterior ao surgimento do estado como forma de governo. Ao contrário de Hobbes, no qual a sociedade passa, pelo contrato, do estado de guerra ao estado civil, no qual há um estado, que doravante será responsável pela manutenção deste estado civil, Locke considera que, para evitar o estado de guerra, os homens optam por sair do estado de natureza e, através de um contrato, instituir o estado civil, no qual haverá formas de governo características, mas que somente existem porque há um estado civil. Este passa de resultado da ação do estado para agente de sua manutenção. Sociedade civil será menos uma forma de organização social do que um modo de existência das relações humanas. É da sociedade civil que emana o poder soberano. Essa concepção será mantida em linhas gerais por Rousseau, embora Locke separe historicamente a sociedade que fez o contrato do objeto da delegação (o parlamento) e Rousseau veja essa situação de delegação como um processo contínuo.

Se para Hobbes e Locke a total liberdade somente existe no estado de natureza, para Rousseau a questão fundamental é

justamente como estabelecer a liberdade no estado civil, sem as concessões apontadas por seus predecessores.

Para Rousseau, o homem no estado de natureza “desconhece a moral e o dever, não é bom nem mau, não possui virtudes nem defeitos (...), as atribuições feitas ao homem não eram uma capacidade inerente à sua animalidade, mas resultavam interinamente da vida civil que se esboçava.” (SOARES, 2006, pp. 49-50). A fundação da sociedade civil se dá pelo estabelecimento da propriedade (ROUSSEAU, 1973a, pp. 265-266), e seu objetivo é defender “a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum”, mas na condição de que “cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes” (ROUSSEAU, 1973b, p. 38). Para tanto, cada associado aliena totalmente seus direitos para toda a comunidade, abrindo mão de sua liberdade natural, mas em favor do que Rousseau chama de *liberdade convencional*

que legitima a soberania e que se resolve na vontade geral da sociedade, que é fecundação do contrato social, uma vez que, antes do contrato instituindo um governo, necessita-se de um contrato instituindo a sociedade. (...) O processo da existência humana, como um todo, é uma manifestação da liberdade. Liberdade fundamentada na liberdade natural que se conserva e se supera a si mesma, instituindo o caráter civil da sociedade que dá ao homem o direito de cidadão. Direito

esse que, especificamente, corresponde à liberdade e igualdade civil. (SOARES, 2006, pp. 51-52)

Para resolver o problema da perda da liberdade natural, Rousseau institui uma nova idéia de liberdade, distinta daquela adotada por Hobbes e Locke: uma liberdade *positiva*, em oposição àquela *liberdade do vazio* que Hegel também evita. Agora ser livre não é agir da maneira que quiser, mas sim agir de forma determinada, convencional.

O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui. (...) [E, além disso, ganha] a liberdade moral, única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, porque o impulso do puro apetite é escravidão, e a obediência à lei que se estatuiu a si mesma é liberdade. (ROUSSEAU, 1973b, pp. 42-43)

Sociedade civil ainda se refere a uma totalidade social, mas que não é forma de organização social, nem modo de existência das relações humanas, mas sim uma forma específica de relação social que visa a liberdade aliada ao pleno desenvolvimento das potencialidades do Homem, distanciando-o do animal. Sociedade civil é uma marca identitária do gênero humano, que torna possível a emergência das civilizações e o progresso.

Montesquieu, praticamente contemporâneo de Rousseau, uniu a noção oitocentista dos dois contratos (social e governamental, partilhada com Rousseau) com “a distinção proveniente do direito romano entre direito público e direito civil (aqui, direito político). Enquanto o direito político regula a relação entre governantes e governados, o direito civil regula as relações entre os membros da sociedade.”ⁱⁱⁱ (ARATO; COHEN, 1995, pp. 87-88)

“Assim que os homens estão em sociedade, perdem o sentimento de suas fraquezas; a igualdade que existia entre eles finda, e o estado de guerra começa.” Assim também é entre as nações, e surgem então duas espécies de estado de guerra, que “fazem com que se estabeleçam leis entre os homens”. O direito das gentes evita o estado de guerra que existe entre as nações, o direito político regula as relações entre governantes e governados, e o direito civil se refere às “relações que todos os cidadãos possuem entre si”. Todos os direitos visam a manutenção da sociedade, para a qual concorre o governo. “Uma sociedade não poderia subsistir sem um governo.” Este governo, ou estado político, é constituído por todas as forças particulares que constituem um povo. Mas as “forças particulares não podem reunir-se sem que todas as vontades se reúnam. Essa reunião de vontades (...) é o que chamamos de Estado civil.” (MONTESQUIEU, 2005, pp. 15-16)

Quando Rousseau fala em sociedade civil, está preocupado com uma moral, com um vir a ser, uma regulamentação de costumes, e é a isto que a política serve. Se Locke identifica sociedade civil e sociedade política, Rousseau inicia sua diferenciação. Montesquieu torna mais aguda essa diferenciação, próximo do que ocorre no iluminismo escocês, para o qual a sociedade civil é idêntica à sociedade econômica, distinta da sociedade política (ARATO; COHEN, 1995, p. 90). Esta é a mesma chave de Hegel, quando caracteriza a sociedade civil como instância das atividades materiais de reprodução da vida (ver abaixo). A distinção operada por Montesquieu, entre Lei pública e Lei civil, em que haveria uma regulamentação específica para a ação do estado, e outra para a interação entre os indivíduos, implica que a sociedade civil não compreenda mais o todo social, e esteja restrita à esfera privada: a união de vontades que torna possível a união das forças particulares. Neste momento o conceito começa a encontrar seu sentido contemporâneo. É isso que nos diz respeito. Quando um discurso político contemporâneo fala em sociedade civil está se referindo a indivíduos fora do estado, e essa distinção começa a surgir no final do XVIII e no XIX.

Neste mesmo caminho, Kant opera uma distinção entre direito privado e direito público e, baseado nas fontes das quais emergem os diferentes direitos, muda essa distinção para direito natural e direito positivo. “O direito que deriva do poder estatal é

direito público – enquanto o direito que está fora do âmbito estatal é o direito natural – que regula as relações entre os homens no estado de natureza.” (SOARES, 2006, p. 59)

O primeiro é próprio do estado de natureza, no qual as relações jurídicas atuam entre indivíduos isolados independentemente de uma autoridade superior. O segundo é próprio do estado civil no qual as relações jurídicas são regulamentadas – tanto com respeito a relações entre indivíduos, quanto com respeito a relações entre o Estado e os indivíduos por uma autoridade superior aos simples indivíduos, que é a autoridade do Estado. (BOBBIO, 1984, pp. 73-83)

A passagem do estado de natureza ao estado civil, para Kant, não se dá pela “necessidade da sobrevivência, mas para obedecer a uma exigência moral, por ser considerado [o estado de natureza] um estado injusto.” (SOARES, 2006, p. 62)

Esta multifacetada tradição serviu de escopo para o trabalho de Hegel, que, se não erigiu a primeira concepção “moderna” do termo, criou a primeira *teoria* moderna da sociedade civil (ARATO; COHEN, 1995, p. 91). Sua obra se tornará referência para todos os teóricos posteriores a este,

mais do que por conta do caráter sintético de sua obra, por ser o primeiro e mais bem sucedido pensador a desdobrar o conceito como uma teoria de uma ordem social complexa e altamente diferenciada.^{iv} (ARATO; COHEN, 1995, p. 91)

Segundo Arato e Cohen,

O elemento especificamente moderno consiste em três grandes aspectos. Primeiro, Hegel tomou da tradição jusnaturalista e de Kant a definição universalista do indivíduo como dotado de direitos e agente da consciência moral. Segundo, generalizou a distinção iluminista entre estado e sociedade civil de maneira a também considerar sua interpenetração. Terceiro, tomou de Ferguson e da incipiente disciplina da economia política a ênfase na sociedade civil como o local por excelência e berço da civilização material.^v (ARATO; COHEN, 1995, p. 92)

O ponto de partida de sua caracterização de sociedade civil é também o primeiro nível desta: o sistema de necessidades materiais do homem concreto, sujeito da sociedade civil. Neste nível, no entanto, não haverá apenas a pessoa concreta, individual, há também o universal: “o fim egoísta é a base de um sistema de dependências recíprocas no qual a subsistência, o bem-estar e a existência jurídica do indivíduo estão ligados à subsistência, ao bem-estar e à existência de todos” (HEGEL, 1997, § 183). Este é o “sistema de carências”, o “primeiro momento” da sociedade civil. Seu segundo momento é a “defesa da propriedade pela justiça”, que constitui a “realidade do elemento universal de liberdade implícito neste sistema”, o terceiro, “a precaução contra o resíduo de contingência destes sistemas e a defesa dos interesses particulares como algo de administração e pela corporação” (HEGEL, 1997, §

188). Os dois últimos momentos se referem ao sujeito como pessoa legal, subordinado à autoridade e membro de associação (ARATO; COHEN, 1995, p. 97).

Historicamente, a sociedade civil é consequência da progressiva complexificação da organização social, posterior à divisão da “família numa multiplicidade de famílias que em geral se comportam como pessoas concretas independentes e têm, por conseguinte, uma relação extrínseca entre si”. Neste momento, a diferença entre os indivíduos é expressa abstratamente, e “confere a determinação à particularidade que tem, no entanto, uma relação com o universal”, mas esta relação ainda é apenas aparência. A relação aparente com o universal “constitui a região fenomênica dessa moralidade [*Sittlichen*]: a sociedade civil” (HEGEL, 1997, § 181), que será então “o mundo fenomenal do ético (*Erscheinungswelt der Sittlichen*)” (SOARES, 2006, p. 115). A progressiva realização do espírito passa do momento em que a moralidade objetiva⁷ é imediata ou natural, a família, para a universalidade formal, a sociedade civil, para depois chegar ao “fim e a realidade em ato da substância universal”, a constituição do estado (HEGEL, 1997, § 157)⁸. Mas enquanto a família contém “os

7 O termo hegeliano *Sittlichkeit* é traduzido na edição brasileira por nós consultada como “moralidade objetiva”. Arato e Cohen (1995), em suas citações, optam por “vida ética [etical life]”.

8 “Sociedade civil é a cena na qual, por excelência, a tensão entre o ser e o dever-ser emerge. (...) Esta divisão raramente desaparece em sua teoria mesmo na esfera do estado, que deveria ser aquela na qual todas as antinomias são reconciliadas. [Civil society is the framework par

elementos de particularidade subjetiva e de universalidade objetiva numa unidade substancial”, a sociedade civil

une interiormente esses momentos que tinham começado por ser divididos, na sociedade civil, em particularidades, refletidas sobre si, de carência e de prazer e em universalidade jurídica abstrata. Assim, nessa união, o bem-estar se realiza e é, ao mesmo tempo, reconhecido como direito. (HEGEL, 1997, § 255)

A efetivação da unidade concreta entre o particular e o universal (“particularidade subjetiva e universalidade objetiva”) cabe à corporação (Cf. SOARES, 2006, p. 146), atividade geral para além de seus assuntos privados, e à administração, como unidade relativa (HEGEL, 1997, § 229, Cf. ARATO; COHEN, 1995, p. 114).

Desta forma, o conceito de sociedade civil em Hegel assume um caráter marcadamente distinto da tradição jusnaturalista. Aqui, não se trata definitivamente do todo social, nem simplesmente de uma “etapa” no curso da civilização, mas de um modo de existência perante a sociedade. A preocupação de Hegel é detalhar os mecanismos pelos quais o espírito universal se realiza, ou como a moralidade objetiva passa a existir de modo universal. Este processo nada mais é do que a realização da liberdade⁹. Não a liberdade

excellence where the tension between is and ought emerges. (...) This division hardly disappears in Hegel's theory even in the state sphere, which is supposed to be the one in which all antinomies are reconciled.]” (ARATO; COHEN, 1995, p. 95)

9 “Sittlichkeit representa uma forma de razão prática que, através da auto-reflexão, deve desenvolver o conteúdo normativo e a lógica das instituições e tradições herdadas em direção

originária do gênero humano, ameaçada pelo estado de guerra, mas sim a liberdade a que está destinado o gênero humano, em seu caminho rumo à realização do espírito universal na história, a razão. Livre do papel de evitar o estado de guerra, sociedade civil não se refere mais ao modo de ser de um estágio do desenvolvimento humano: é, sim, um dos momentos (simultâneos) da integração social¹⁰. Mais amplo que o iluminismo escocês, que a restringia à esfera econômica, e mais restrito que a interação entre os indivíduos na esfera privada de Montesquieu, Hegel forja a idéia de uma sociedade civil que seja elemento da vida social (política e econômica) contemporânea. Esta idéia terá de ser trabalhada por

ao universal. (...) A vida ética ela mesma é diferenciada de maneira inteiramente única a Hegel, que combina as duas dualidades oikos/polis e estado/sociedade no quadro tripartite de família, sociedade civil e estado. A definição de sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) varia, mas em geral aparece como vida ética ou substância 'em sua bifurcação (*Entzweiung*) e aparência (*Erscheinung*)'. [*Sittlichkeit* represents a form of practical reason that, through self-reflection, is to raise the normative content and logic of inherited institutions and traditions to a universal level. (...) Ethical life is itself differentiated in a way (entirely unique to Hegel) that combines the two dualities of oikos/polis and state/society in the three-part framework of family, civil society, and state. Civil society (*bürgerliche Gesellschaft*) is defined variously, but most revealingly as ethical life or substance 'in its bifurcation (*Entzweiung*) and appearance (*Erscheinung*)']" (ARATO; COHEN, 1995, p. 93)

- 10 Hegel desenvolve sua teoria da integração social em seis momentos: “aspectos legais (*Rechtspflege*), autoridade (*Polizei*), corporação, o executivo (burocrático), legislativo e opinião pública. Enquanto os três primeiros são desenvolvidos como parte da teoria da sociedade civil, os três últimos pertencem à teoria do Estado, ou ao direito constitucional, melhor dizendo, a argumentação acaba por se mostrar essencialmente contínua. [legal framework (*Rechtspflege*); general authority (*Polizei*); corporation; the (bureaucratic) executive; the state assembly or legislature; and public opinion. While the first three of these are developed as parts of the theory of civil society, and the second three belong to the theory of the state, of rather constitutional law, the argument turns out to be essentially continuous.]” (ARATO; COHEN, 1995, p. 100). Esta continuidade implica algumas interpenetrações, principalmente no âmbito da política (penetração do estado na sociedade civil) e nas assembleias estatais (penetração da sociedade civil no estado) (ARATO; COHEN, 1995, p. 109). Nesta concepção, os pilares para liberdade pública são as corporações, atividade geral para além de seus assuntos privados, que a esfera de atuação estatal pode prover apenas parcialmente (ARATO; COHEN, 1995, p. 114).

todos os teóricos posteriores, sendo fundamental até os dias de hoje. Os teóricos posteriores a Hegel, no entanto, “tenderam a se focar apenas em dimensões específicas do multifacetado conceito hegeliano, sem dar atenção à complexidade do todo.”^{vi} (ARATO; COHEN, 1995, p. 114)

Leitor atento de Hegel, Karl Marx não se ocupa com a elaboração teórica focada no conceito de Sociedade Civil, usando o termo *Bürgerlich Gesellschaft* (sociedade civil ou sociedade burguesa), na maior parte de sua obra, como referência à sociedade burguesa, ao modo de organização geral da sociedade contemporânea, com especial atenção aos meios de reprodução da vida material, atividades estas que às vezes nomeia “sociedade civil”, como parte do todo social (Introdução à Crítica da Economia Política). Essa tensão entre parte e todo, inerente ao próprio significado que o termo tem na língua alemã, perpassará a obra de Marx, e será fartamente explorada por Gramsci, marxista italiano – uma língua na qual não haverá tal ambigüidade – e também leitor atento de Hegel. É interessante notar que, ao tratar da sociedade civil como parte do todo social, Marx fale do sistema de carências materiais, a mesma base sobre a qual Hegel constrói sua teoria¹¹.

11 “Marx enfoca os aspectos negativos da sociedade civil, suas características atomizantes e desumanizantes, e ao fazer isso intenta aprofundar a análise do sistema de carências em suas dimensões econômicas e, no que concerne à análise do desenvolvimento capitalista em suas consequências sociais, foi muito além de Hegel. [Marx stressed the negative aspects of civil society, its atomistic and dehumanizing features; but doing so, he managed to deepen the analysis of the economic dimensions of the system of needs and went far beyond Hegel in

Mas dentro do marxismo este conceito cria muito mais fôlego e passa a ter destaque a partir da década de 1950, com a publicação de cartas e dos Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci.

A princípio, e inserido nesta longa tradição na qual a sociedade civil será pensada sempre em relação com os outros elementos constitutivos do controle social, Gramsci estaria dentre os que, na esteira da diferenciação iniciada por Ferguson, Rousseau e Hegel, distingue sociedade civil e política, as duas como partes do todo social. Tratando do final do XIX, Gramsci afirma haver uma “grave separação” entre Estado e Sociedade Civil, sendo esta última “um tanto informe e caótica”, o que a torna passível de dominação por parte do estado (GRAMSCI, 1975, p. 117). Esta separação, no entanto, não é teórica, nem absoluta. A distinção entre sociedade civil e política é histórica, característica de um determinado período “com um equilíbrio instável entre as classes” (GRAMSCI, 1975, p. 751) e tende a, ou deve, para o bem da igualdade social, desaparecer.

Para compreender a posição da sociedade civil frente ao estado e como parte integrante do todo social, é preciso ter claro o que Gramsci compreende por “Estado”. Existem no texto dos Cadernos do Cárcere duas concepções possíveis de “Estado”: uma

analyzing the social consequences of capitalist development.]]” (ARATO; COHEN, 1995, p. 117)

“ampla”, e uma “restrita”, esta correspondendo ao senso comum.

Esta última forma de compreensão é chamada de “estadolatria”:

Se dá o nome de estadolatria a uma certa atitude do “governo de burocratas” ou sociedade política, que na linguagem comum é a forma de vida estatal à qual se dá o nome de Estado, e que vulgarmente é entendida como todo o Estado.^{vii}
(GRAMSCI, 1975, p. 1020)

No entanto, isto é apenas uma aparência, parte integrante do aparato de dominação característico da sociedade moderna. O estado em sentido amplo engloba, além da sociedade política, a sociedade civil, e, embora também sirva como ferramenta heurística para análise da sociedade contemporânea, fará muito mais sentido se, em torno da sociedade política, surgir uma

complexa e bem articulada sociedade civil, na qual o indivíduo singular governa a si mesmo, sem que por isto seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, mas desenvolvendo sua normal continuação, o complemento orgânico.^{viii} (GRAMSCI, 1975, p. 1020)

No entanto, no decorrer do desenvolvimento social,

um período de estadolatria é necessário e mesmo desejável: esta “estadolatria” não é outra coisa que não a forma normal de “vida estatal”, de iniciação, no mínimo, à vida estatal autônoma e à criação de uma “sociedade civil” que não foi possível historicamente criar antes da

ascensão à vida estatal independente.^{ix}
(GRAMSCI, 1975, p. 1020)

Posteriormente, e em contraposição ao Estado identificado com o Governo, desenvolve-se uma contradição que já estava presente entre sociedade civil e sociedade política, qual seja, que aquela identificação fosse representação da “forma corporativo-econômica” e, portanto, já demonstrasse alguma confusão entre sociedades civil e política. Mesmo neste contexto, numa

noção geral de Estado entram elementos que se referem à noção de sociedade civil (poder-se-ia dizer que no sentido de Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção).^x (GRAMSCI, 1975, pp. 763-764)¹²

O desenvolvimento desta contradição levaria, numa visão liberal, a uma “sociedade regulada (ou estado ético, ou sociedade civil)”, um “estado sem estado”. Nesta visão, entre estas duas etapas, estado-governo e estado idêntico à sociedade civil, há uma etapa intermediária em que o Estado assume a forma de

uma organização coercitiva que tutelarà o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em crescimento contínuo e, portanto, reduzirá gradativamente suas intervenções autoritárias e coercivas. Não é o caso de se pensar em um novo “liberalismo”, embora

12 O que se opera aqui é uma ampliação do conceito de Estado, que incorpora o “aparelho privado de hegemonia” que é a sociedade civil (BUCI-GLUSCKSMAN, 1980, p. 99).

seja o início de uma era de liberdade orgânica.^{xi} (GRAMSCI, 1975, p. 764)

Há, portanto, três ferramentas para se pensar a sociedade contemporânea e a futura: 1) estadolatria, ou a compressão do estado como idêntico ao governo; 2) estado amplo, ou o estado que engloba tanto elementos da sociedade política quanto da sociedade civil, e tende a desenvolver-se em; 3) sociedade regulada, na qual há o “autogoverno” pela sociedade civil, e no qual é possível a “liberdade orgânica” (Cf. GRAMSCI, 1975, p. 734).

Isso significa que, ao mesmo tempo em que importa, tratando da contemporaneidade, distinguir sociedade civil de política, e, por sociedade política, compreender “governo” que será idêntico a “estado”, importa também reconhecer que esta distinção “é puramente metodológica, não orgânica. Na vida histórico-concreta, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa.”^{xii} A atividade econômica, por exemplo, é característica da sociedade civil, mas poderá ser regulamentada pela sociedade política (GRAMSCI, 1975, p. 460).

Mas, para além do caráter relacional, o que define a sociedade civil moderna para Gramsci? Podemos dizer com segurança que sua principal característica é pertencer ao mundo privado, das relações diretas entre os indivíduos e suas iniciativas, fora da esfera estatal (GRAMSCI, 1975, pp. 476, 603, 614, 860, 1251, 1253, 1310). Mas esta não é, numa sociedade burguesa,

desinteressada, nem espaço aberto à livre realização das vontades individuais. É um “aparelho 'privado' de hegemonia” (GRAMSCI, 1975, p. 801) de um “grupo social determinado” (GRAMSCI, 1975, p. 1028). Este grupo social, que consegue manejar a sociedade civil a seu favor, será o “grupo dirigente” daquela sociedade (GRAMSCI, 1975, p. 763).

No período medieval e renascentista, “a religião era o consenso, e a Igreja a sociedade civil” (GRAMSCI, 1975, p. 762). Com a ascensão da burguesia, esta se modifica, ganhando muito mais espaço as relações econômicas, opinião pública e parlamento. A questão do nascimento da sociedade civil ocidental identificado à Igreja toma muito a atenção de Gramsci, que se dedicará, em diversos trechos, a identificar as diferenças entre os dois momentos, e a combater o discurso ainda mantido por esta (GRAMSCI, 1975, pp. 703-4, 762-3, 946, 1251). É interessante que um aspecto da sociedade civil moderna é de continuidade em relação ao momento hegemônico da religião na sociedade: o papel de destaque dado aos intelectuais no desenvolvimento e controle da sociedade civil, visto que, no momento anterior, o papel social do “intelectual” ou “homem de saber” cabia ao clero, notadamente às ordens monásticas.

Para Gramsci, o “pensador” deve “criar uma organização, que não pode ser o Estado (...), e deve portanto nascer na sociedade civil” (GRAMSCI, 1975, pp. 398-399).

A atuação dos intelectuais na sociedade, especialmente na reprodução dos meios de produção, não é imediata, mas

mediada por dois tipos de organização social:

a) a sociedade civil, ou seja, o conjunto de organizações privadas da sociedade; b) o Estado. Os intelectuais têm uma função na “hegemonia” que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e no “domínio” sobre esta através do estado. Esta função é precisamente “organizativa” ou conectiva: os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social de um grupo e seu domínio estatal.^{xiii} (GRAMSCI, 1975, p. 476)

Daí que “a função dos grandes intelectuais na vida orgânica da sociedade civil e do estado” seja, através do desenvolvimento da cultura e do pensamento “no desenvolvimento da história”, interferir nos momentos “de hegemonia e consenso como forma necessária do bloco histórico concreto” (GRAMSCI, 1975, p. 1235). Acreditamos que, para Gramsci, aí reside a importância de se pensar a idéia de sociedade civil sob o capitalismo. Importa desvendar as contradições em seu desenvolvimento, os momentos de hegemonia, direção política, consenso (GRAMSCI, 1975, p. 1222), as tentativas de controle da sociedade civil pelo estado, principalmente no que concerne à sua adequação à estrutura econômica pretendida pela classe dirigente (GRAMSCI, 1975, p. 1254), desmascarando construções ideológicas que dão força justamente à sociedade civil

como aparelho de dominação. Seu objetivo é que haja a mudança social como um todo, e, para tanto, é preciso que a sociedade civil seja “concretamente transformada de forma radical, e não apenas em suas leis ou teorias científicas”^{xiv} (GRAMSCI, 1975, p. 1253).

O principal comentador de Gramsci é o filósofo italiano Norberto Bobbio, autor de diversos livros e artigos comentando seu conterrâneo, mas dono também de uma teoria própria da dinâmica social, contribuindo para a evolução do conceito de sociedade civil de maneira autoral, não apenas como um comentador.

No debate político italiano, Bobbio discorda da democracia direta, e vê como fundamentais para a democracia três pilares: participação, controle pelos governados e liberdade de dissenso, embora reconheça que a democracia liberal não realiza plenamente este ideal (ARATO; COHEN, 1995, p. 166). Para ele, sociedade civil é alternativa entre democracia direta e democracia representativa (HOBBS, 1974, pp. 165-174).

Talvez um dos nomes mais espontaneamente lembrados quando o assunto é sociedade civil, Bobbio cumpre o papel de teorizar alternativas políticas para o capitalismo, justamente de forma a evitar a transformação radical da sociedade civil, ao mudar sua legislação e descrição científica.

Neste ponto chegamos ao ambiente intelectual no qual nossa documentação foi gerada. Devemos então tratar cada autor

como um emissor de discurso, que enuncia sua fala a partir de sua posição social, com interesses de classe, *Habitus*, pertencimento a um campo, a escolas de pensamento. A detecção das variações de sentido dadas a um conceito nos permitirá uma aproximação desse universo social ao qual estes indivíduos pertencem. Sem dúvida, e por conta mesmo da etiqueta estabelecida pelo campo intelectual, será necessário embasar o que se fala numa tradição. Este foi nosso interesse em mapear os sentidos pretéritos assumidos pelo conceito. Não nos convém ignorar que, em sua própria época, Hobbes, Locke, Hegel, Gramsci foram emissores de discurso, com interesses próprios, mas o que nos interessa aqui não é traçar a mudança de mentalidade ao longo de cinco séculos, mas sim matizar a nuvem de significados que chega até o século XX, e que servirá de matéria-prima a seus intelectuais para o surgimento da “nova” sociedade civil.

Faremos, no entanto, uma ressalva: nos parece que o termo em tela, até por estar sempre relacionado à estrutura de poder na sociedade, terá sempre alguma relação com a dinâmica de poder da sociedade na qual é cunhado. Não podemos traçar uma evolução linear de seu significado, esperando apenas uma evolução interna. Suas variações terão a ver com as variações institucionais, e com a necessidade de teorizar, de acordo com a necessidade própria de cada momento, um instrumento de dominação de classe adequado. Hobbes, no momento de um estado absolutista em construção, se

preocupa em justificar a transferência do direito à própria vida dos súditos para o governante, que encarna o estado. Hegel, por seu lado, tratará de justificar um construto institucional jurídico capaz de promover o desenvolvimento das forças produtivas, e Gramsci tem em mente a superação da ordem capitalista, olhado de forma mais incisiva e clara para uma organização social que precisa manter a divisão de dominação de classes. Como já dito, este trabalho não pretende aprofundar essas relações entre o contexto histórico e o conceito ao longo de tão vasto período. Cabe-nos apenas indicar que, após estes breves apontamentos, nos parece que o que há de comum na tradição é que “sociedade civil” é algo ligado à relação entre os indivíduos. Assim sendo, mais do que dialogar com os autores antecedentes, cada teórico tratou do problema conforme posto por sua época, e, de acordo com a posição adotada em relação às forças dominantes, justificou-as ou combateu-as (dentre os autores que trabalhamos, o único que colocou a discussão específica sobre sociedade civil nesta última perspectiva foi Gramsci).

Trabalhando na chave da justificação da ordem vigente, o uso do conceito aponta para o que pretendemos investigar no terceiro capítulo: a impossibilidade de levá-lo a suas últimas consequências, sob pena de desmascarar os instrumentos de dominação aí subjacentes. Esta questão é agudizada pelo aspecto perene de dubiedade que o envolve, talvez gerado pelos problemas

de tradução que aparecem ao longo de sua história. Surgido dessa forma, trazido do mundo grego para o romano, não poderá ser totalmente adequado ao seu destino, e, tendo sua aparição teórica verdadeiramente moderna em Hegel, que escreve numa sociedade burguesa e não distingue burguês de civil, carregará esta dubiedade até Gramsci, que, até por uma necessidade vernácula, precisará diferenciar os dois termos, e cunhar aquilo que em nosso tempo chamamos “sociedade civil”. Podemos inclusive aventar que o uso posterior do termo, avesso ao rigor conceitual que cerca termos como “sociedade”, “ideologia” ou “liberdade”, tem conexão com as oscilações da própria tradição crítica, e nos colocarmos então a questão de como um conceito “frágil” (embora essa afirmação corra o risco de ser exagerada) se tornará central para a política contemporânea.

Citações no idioma original

-
- i intellectual world and even political culture of post-Marxism (and perhaps of 'post-Gramscianism').
 - ii not only contradict one another but are also relatively poor in categories. Furthermore, their links to a rich tradition of interpretation are not clear.
 - iii the Roman law distinction of civil and public law (here “political law”). Whereas political law regulates the relationship of governors and governed, civil law regulates the relations of members of society to one another.
 - iv because of the synthetic character of his word and, even more, because he was both first and most successful in unfolding the concept as a theory of a highly differentiated and complex social order.
 - v The specifically modern component was to rest on three major features. First, Hegel look over from the natural-law tradition and from Kant the universalist definition of the individual as the bearer of rights and the agent of moral conscience. Second, he generalized the Enlightenment distinction between state and civil society in a manner that also involved their interpenetration. Third, he took over from Ferguson and the new discipline of political economy the stress on civil society as the locus and carrier of material civilization.
 - vi tended to focus only on specific dimensions of the multilayered Hegelian concept, developing these to the exclusion of all others.
 - vii Si dà il nome di statolatria a un determinato atteggiamento verso il «governo dei funzionari» o società politica, che nel linguaggio comune è la forma di vita statale a cui si dà il nome di Stato e che volgarmente è intesa come tutto lo Stato.
 - viii complessa e bene articolata società civile, in cui il singolo individuo si governi da sé senza che perciò questo suo autogoverno entri in conflitto con la società politica, anzi diventandone la normale continuazione, il complemento organico.
 - ix un periodo di statolatria è necessario e anzi opportuno: questa «statolatria» non è altro che la forma normale di «vita statale», di iniziazione, almeno, alla vita statale autonoma e alla creazione di una «società civile» che non fu possibile storicamente creare prima dell'ascesa alla vita statale indipendente.

-
- x nozione generale di Stato entrano elementi che sono da riportare alla nozione di società civile (nel senso, si potrebbe dire, che Stato = società politica + società civile, cioè egemonia corazzata di coercizione).
- xi una organizzazione coercitiva che tutelerà lo sviluppo degli elementi di società regolata in continuo incremento, e pertanto riducente gradatamente i suoi interventi autoritari e coattivi. Né ciò può far pensare a un nuovo «liberalismo», sebbene sia per essere l'inizio di un'era di libertà organica.
- xii è puramente metodica, non organica e nella concreta vita storica società politica e società civile sono una stessa cosa.
- xiii mediato da due tipi di organizzazione sociale: a) dalla società civile, cioè dall'insieme di organizzazioni private della società, b) dallo Stato. Gli intellettuali hanno una funzione nell'«egemonia» che il gruppo dominante esercita in tutta la società e nel «dominio» su di essa che si incarna nello Stato e questa funzione è precisamente «organizzativa» o connettiva: gli intellettuali hanno la funzione di organizzare l'egemonia sociale di un gruppo e il suo dominio statale.
- xiv radicalmente trasformata in concreto e non solo sulla carta della legge e dei libri degli scien

Ambiente historiográfico norte-americano: o corpo profissional autorregulado

O ambiente da produção histórica norte-americana contemporânea, com sua associação nacional (*American Historical Association – AHA*) tendo mais de quatorze mil membros, e 113 associações temáticas coligadas é amplo e marcado pela profissionalização. A AHA se vê como uma “organização guarda-chuva para a profissão do historiador”^{xv}. (segundo o site da associação e relatório anual de 2008)

A construção dessa cena remonta ao final do século XIX, quando os primeiros historiadores norte-americanos formados em universidades alemãs chegaram ao país nos anos 1870 e 1880, e “adquiriram uma concepção austera da pesquisa especializada que tão logo os separaria de ligações amadoras.”^{xvi} (HIGHAM, 1965, p. 11)

Até então na produção histórica dos EUA havia predominantemente uma “identificação entre história e arte literária”. Nessa tradição, que Gerson Moura nomeia romântica,

“a ênfase na imaginação e na criação livre não significavam um repúdio aos fatos, mas uma clara submissão dos fatos a uma perspectiva de valores”, numa “recriação pedagógica do passado como lição para o presente” (MOURA, pp. 15-16).

Em oposição a este paradigma “se desenvolveu nas últimas décadas do século XIX o que veio a se conhecer como 'história científica': objetiva e impessoal, desprendida de valores e apegada aos fatos e às relações externas às coisas” (MOURA, p. 16).

Apesar dessa divisão entre história romântica e história científica se relacionar de maneira direta ao processo de “profissionalização” da historiografia influenciada pelo ambiente acadêmico alemão, John Higham pondera que a história científica chegou aos EUA no terceiro quartel do século XIX, sem uma fonte única nem uma intenção verificável. Os acadêmicos atribuíam a si próprios tal inserção, vinda diretamente da Alemanha, mas a prática da história científica já estava presente nos EUA em círculos não-acadêmicos.

“Para o senso comum, o novo movimento de historiadores fazia parte da virada na cultura americana do romantismo ao realismo”^{xvii} (HIGHAM, 1965, p. 92. cf CUNNINGHAM, 1981)

Neste processo geral, haveria uma distinção entre os historiadores “amadores” e “profissionais”, tendo os profissionais ganhado mais espaço a partir do final do XIX, e desenvolvido, a partir daí, suas próprias contradições internas. (HIGHAM, 1965, pp. 15-16).

Nesse contexto, foi fundada a American Historical Association, em 1884, para assegurar

“a promoção de seus interesses coletivos e a regulamentação de seu trabalho. (...) As relações recíprocas entre a Associação emergente e o mundo da escola amadora já existente constituem o tema central na formação da profissão do historiador.”^{xviii} (HIGHAM, 1965, p. 5)

Nos seus primórdios, a oposição entre amadores e profissionais foi internalizada à Associação, sem uma clara preponderância de um ou outro campo. Embora o programa de fundação visasse à regulamentação do trabalho, e portanto apontasse para um ambiente com regras claramente definidas,

“os primeiros encontros da AHA eram frequentemente ocasiões mais sociais do que acadêmicas, dominadas por amadores”^{xix} (NOVIK, 58),

sem grande ênfase em apresentação de trabalhos acadêmicos.

No entanto, além desta tensão intrínseca à especialidade histórica, é preciso compreender este processo como parte de um movimento geral de profissionalização e institucionalização científica, em curso neste período.

“A ascensão de uma perspectiva profissional no campo da História era parte de um movimento maior para o estabelecimento da autoridade na vida intelectual americana. Em quase todos os campos de empreendimentos culturais, apareciam associações que definiam parâmetros e metas nos fins do século XIX.

A American Historical Association era uma entre muitas outras dessas instituições.”^{xx}
(HIGHAM, 1965, p. 8)

No que concerne especificamente ao campo da História, esse equilíbrio entre amadores e profissionais foi fundamental para o sucesso do estabelecimento do campo profissional que dominaria o fazer historiográfico ao longo do século XX. Logo após a fundação da AHA foi empossado seu primeiro secretário e um de seus principais articuladores, Herbert Baxter Adams, que passaria a ocupar o cargo pelos próximos dezesseis anos. Considerado figura central na formação da nova associação, Adams “encarnava e fomentava a associação de professores e patrícios.”^{xxi} Ele mesmo um historiador “profissional”, tendo defendido seu doutorado na Alemanha, professor na Universidade Johns Hopkins e militante pela profissionalização da história

“Adams provavelmente fez mais do que qualquer outro para germanizar a escola histórica americana. Ainda tomou o cuidado especial de envolver historiadores amadores na Associação e assim torná-la uma instituição de alcance nacional.”^{xxii}
(HIGHAM, 1965, p. 11)

O interesse aqui era na união nacional, e no estabelecimento de um corpo coeso para o ofício que então pretende se institucionalizar. Se o próprio movimento de institucionalização aponta para uma tendência da supremacia do campo “profissional”, isso não estava claro nesse momento, e o envolvimento dos

chamados patrícios permitiu a criação de um discurso de continuidade, sem que os historiadores amadores precisassem ser relegados à prateleira de ficção e sem que os historiadores profissionais precisassem criar uma nova – e desconhecida – prateleira.

No entanto, esta política da boa vizinhança não demorou a desagradar os historiadores profissionais em crescente número. O descontentamento eclodiu em 1895.

“Superficialmente o assunto era apenas sobre onde se encontrar. (...) Os manifestantes reivindicaram e ganharam uma nova política de rotatividade que traria a Associação para cada uma das maiores comunidades universitárias a cada ano”^{xxiii},

em vez de realizar os encontros apenas em Washington.

"Por trás dessa mudança não é difícil ver uma rebelião de maior alcance dos professores contra o balanceamento cuidadoso de Herbert Baxter Adams entre os interesses acadêmicos e não-acadêmicos.”^{xxiv} (HIGHAM, 1965, p. 15)

A partir daí, a apresentação de trabalhos acadêmicos dominou os encontros. A associação, por iniciativa de professores de nível superior, passou a propor ações no sentido de desenvolver o ensino básico de História, através de comitês que elaboravam recomendações de conteúdos (LINK, 1985: 13), aumentando estrondosamente o número de associados e o comparecimento aos

encontros. (HIGHAM, 1965, p. 16) A formação acadêmica ganha cada vez mais respeitabilidade, numa área que poucas décadas atrás requeria apenas erudição e boa redação, provavelmente sem grande retorno financeiro ou empregabilidade. “Em 1900 o título de doutor já era pré-requisito para um cargo de professor nas grandes universidades”^{xxv} (NOVIK, 48). Trinta anos depois, os presidentes da AHA passarão a ser escolhidos entre ocupantes de cargos em universidades (POCOCK: 1018), numa clara demonstração do domínio dos acadêmicos sobre a política institucional da categoria.

O que se vê nestas primeiras décadas da história feita nos Estados Unidos como disciplina acadêmica é a preocupação com o reconhecimento público, principalmente estatal, mas também da influência deste corpo de intelectuais na vida pública, tanto na organização de arquivos de interesse público quanto na definição dos currículos do ensino básico, quando esta mesma esfera pública significa atingir o conjunto de cidadãos norte-americanos e, em última instância, participar conscientemente dos mecanismos de reprodução da identidade nacional. Mas ao mesmo tempo que há a ênfase na coesão nacional, e na coesão do grupo emissor deste discurso (os historiadores), há uma disputa interna, que não está descolada deste processo de constituição da identidade nacional. A própria mentalidade norte-americana vive a transição para um momento de valorização da cientificidade, e da fragmentação das disciplinas em departamentos e associações próprias, mas isso não

significará a conversão de toda a sociedade em cientistas especializados. De maneira algo paradoxal, são justamente estes cientistas que buscam reconhecimento e influência, visto que os amadores que buscam suplantar têm um público vasto e fiel, e, em consequência, grande impacto na população leitora norte-americana. Os novos profissionais, no entanto, não desfrutavam do mesmo prestígio, e no processo de disputa interna da categoria não se encaminham eficientemente para esta direção.

O caminho trilhado para o estabelecimento da nova história científica de caráter profissional passa pela mudança nos mecanismos institucionais de produção intelectual, através da adoção de padrões reconhecidos por toda a comunidade, o que leva a uma planificação de concepções de fundo e tende a uma planificação na própria forma do texto acadêmico.

Podemos dizer que neste período a história científica norte-americana tendia a um rígido factualismo, marcadamente entre os profissionais, sem “um esforço único substantivo para discutir a natureza do conhecimento histórico.”^{xxvi} (HIGHAM, 1965, p. 99)

A separação entre história e filosofia, e o desinteresse em discutir filosofia era atribuída pelos acadêmicos a Ranke, sem contudo estudá-lo detidamente. Parece mais adequado relacioná-la à conjuntura intelectual norte-americana: “Os americanos são um povo prático que não responde com simpatia ao discurso especulativo.”^{xxvii}

(HIGHAM, 1965, p. 100) Apesar disso, havia uma necessidade de justificar a atitude adotada a partir da matriz intelectual européia, de modo que Ranke, mesmo que não apreendido adequadamente, foi escolhido o primeiro membro honorário da AHA (NOVIK, P. 26). A atração pela Alemanha diminui no final do século XIX com o aumento do oferecimento de programas de doutorado nos EUA, “apesar de alguns americanos ainda irem a Paris e Oxford.”^{xxviii} (HIGHAM, 1965, p. 19)

Esta posição teórico-metodológica, ainda que consonante com as práticas adotadas na Europa e em grande medida com a mentalidade estadunidense, marcava um abismo entre o momento anterior, amador e romântico, e história “científica” que então se estabelecia.

No mesmo processo de profissionalização, em paralelo à criação dos programas de doutorado e da descentralização dos encontros da AHA, foi criado “uma revista de história estritamente profissional”^{xxix} (HIGHAM, 1965, p. 16), em um encontro de acadêmicos em Nova Iorque em abril de 1895. Para tanto, foi fundada a *American Historical Review* (AHR), “originalmente uma revista independente, lançada comercialmente pela Macmillan Company; cujos editores eram os donos legais da publicação.”^{xxx} (LINK, 1985: 8).

“Já que desejavam ter uma
publicação americana com os mais altos

parâmetros técnicos, eles criaram um conselho editorial inteiramente profissional. (...) Três anos depois a Associação começou a subsidiar a publicação e elegeu novos membros para seu conselho editorial. Em 1915, um membro amador da AHA, Frederic Bancroft, apoiado por alguns sulistas descontentes, fez pesadas acusações de fraude e favoritismo por parte dos editores; durante esse processo a Associação formalizou seu controle da publicação ao adquirir sua posse legal. A independência da Revista durante seus primeiros anos, no entanto, garantiu seu estrito profissionalismo em um momento em que a Associação ainda estava em fase de transição.”^{xxi} (HIGHAM, 1965, pp. 16-17)

O que se vê nesse começo de século é a montagem de um aparato profissional autorregulado, construído a partir das características próprias do cenário intelectual norte-americano, buscando objetividade, autonomia e inserção social, distinto da produção literária romântica da primeira metade do XIX e assemelhado ao conjunto da produção das ciências sociais do início do XX. Nesse sentido, não é de menor importância a criação de uma revista “estritamente profissional”, ou seja, comprometida com as concepções hegemônicas do fazer histórico do período, característica essa que tenderá a se manter ao longo de sua história.

Dentre as modificações introduzidas pelo fortalecimento da corporação, e que diferencia marcadamente a história científica do momento anterior, estão as do estilo do texto historiográfico. A

produção norte-americana, dentro da tradição anglo-saxã, tradicionalmente colocava o texto histórico ao lado da literatura, quando não o identificava como um gênero literário. A produção em grande escala, no entanto, e a baixa atenção dada à elaboração discursiva, em face da necessidade de afirmar a cientificidade e exatidão documental da produção historiográfica, produziam trabalhos duros, árduos, pobres de figuras literárias e desprovidos de paixão. Além da forma do texto em si, os temas também tornam-se cada vez mais específicos, sem uma clara conexão com um cenário mais geral. Em oposição ao amador do século XIX, o especialista produzia textos que careciam de sentido para uma audiência mais ampla, que buscavam algum “uso” para a história (mormente patriótico). O novo texto historiográfico especializado acaba se voltando para seus estudantes e pares. (HIGHAM, 1965, pp. 72-73)

Se a institucionalização acadêmica da disciplina era defendida pelos “profissionais”, a sua consequência para com o texto produzido neste cenário não era bem vista pelos seus pares, amadores ou profissionais.

“Na profissão em geral, um gesto de preocupação veio em 1920 do Conselho da American Historical Association. Tomando conhecimento de um 'protesto público generalizado' contra as falhas

estilísticas da história profissional, o Conselho nomeou um comitê que viria a publicar um pequeno livro, *The Writing of History* (1926), com as principais falhas apontadas e algumas sugestões ineficazes para suas melhorias”^{xxxii} (HIGHAM, p. 105) [Mais adiante] “uma conferência de pós-graduação convocada pela American Historical Association em 1932 instou a um encurtamento das dissertações e uma melhora nos padrões literários. As mesmas recomendações, severamente repetidas vinte e cinco anos depois por um comitê de reitores da pós graduação, permanece ainda em grande parte não realizada.”^{xxxiii} (HIGHAM, 1965, pp. 60-61)

Esta tensão sobre o público leitor dos textos históricos, e o formato que seria dado a sua reação, pode ser lida na mesma chave daquela tensão entre amadores e profissionais, embora não de forma mecânica. Não se trata aqui da defesa de uma produção histórica fora do âmbito acadêmico, mas sim de uma produção acadêmica que vá além de seu círculo, desça da torre de marfim. É uma diferença sensível, mas que recoloca uma preocupação com o papel da história na sociedade. Percebemos que para esses sujeitos envolvidos com o fazer histórico do final do XIX e começo do XX nos Estados Unidos, não faria sentido uma história que não fosse engajada na formação de uma identidade nacional.

Também nesse contexto, foi proposto à AHA, no final da década de 30, a criação de uma revista de divulgação histórica, proposta essa rejeitada, numa clara demonstração das tensões e

discordâncias quanto ao rumo e papel que deveria tomar a recente profissão. Um de seus propositores, Allan Nevins, publicou um artigo atacando o “pedantismo acadêmico”, sintomaticamente na *Saturday Review of Literature*, no qual dizia que os melhores escritores de história “permanecem ainda fora da vida acadêmica”^{xxxiv} (HIGHAM, 1965, p. 80-81), e defendendo uma maior preocupação dos acadêmicos com uma redação atraente para um público mais amplo, não apenas em textos de divulgação mas no conjunto da produção historiográfica. (ROSENZWEIG: 117)

Dentre os acadêmicos, havia uma constante preocupação com o caráter técnico do trabalho científico.

“Como os estudantes americanos descobriram, o doutoramento na Alemanha no século XIX era um mero exercício de demonstrar sua capacidade de realizar pesquisas inéditas e defender publicamente argumentos baseados nelas. As teses de História tinham cerca de setenta páginas; ocupavam apenas poucos meses no tempo de um estudante. De início, as universidades americanas apenas reproduziram esses procedimentos. Consequentemente, as dissertações produzidas pelos seus estudantes na década de 1880 eram claramente trabalhos de aprendizagem, que não envolviam um comprometimento severo de tempo e energia a ponto de determinar a carreira

subsequente de um homem.”^{xxxv} (HIGHAM, 1965, p. 60)

O medo de que os EUA, com sua heterogeneidade, não sustentasse os altos padrões europeus “encorajou um aumento progressivo dos requisitos formais.”^{xxxvi} O tempo da pós-graduação foi sendo aumentado, e cada vez mais exigida a produção de conhecimento inédito. Já na década de 1920 levava cinco anos. Com o aumento dos custos de impressão após a Segunda Guerra Mundial, foi extinta a regra que obrigava a publicação da tese de doutorado, permitindo uma queda de qualidade. (HIGHAM, 1965, p. 60). Era reconhecida a necessidade de diminuir o tamanho das teses, e desenvolver os padrões literários, mas o tamanho dos textos continuou crescendo.

“Evidentemente o problema não incorreu nos requisitos formais do sistema, mas principalmente nas pessoas que o operavam e nos estudantes que ele recrutava.”^{xxxvii} (HIGHAM, 1965, p. 61)

Essa imbricação entre os mecanismos institucionais da produção historiográfica e o texto final, sua forma e objetivos, é algo de que o novo corpo de historiadores não consegue escapar, e marcará a história subsequente da disciplina.

“Como os historiadores americanos construíram seu sistema de normas profissionais, e em particular a norma central da objetividade, eles se atraíram por várias correntes de pensamento européias. A escola histórica alemã era um modelo

inevitável – e tinha a vantagem de também emprestar prestígio. Praticamente a mesma coisa com a verdade do 'método científico', numa época em que a cientificidade era a marca do moderno e do oficial. Optaram por um estilo austero que distinguia claramente o trabalho profissional do historiador das efusões floridas dos historiadores amadores a quem os profissionais procuravam afastar.”^{xxxviii} (NOVIK, 21)

O caminho natural desse processo de tecnicização do fazer histórico relacionado à progressiva especialização da profissão, com os textos cada vez mais voltados para os próprios historiadores foi, após a segunda guerra, uma ênfase na atividade docente, e a baixa produtividade dos formados e doutores (HIGHAM, 1965, p. 58), quando passa a haver diversas manifestações de insatisfação quanto à baixa influência dos historiadores na vida da nação, sugerindo “uma surpreendente, persistente e duradoura insatisfação entre os mais altos estadistas da profissão de historiador.”^{xxxix} (HIGHAM, 1965, p. 56)

Esta insatisfação precisa ser mediada, pois haveria uma tendência

“a subestimar o presente em comparação com a promessa lembrada de antes. Há sempre uma tentação especial de subestimar os jovens que surgem e superestimar os titãs do passado.”^{xl} (HIGHAM, 1965, p. 56)

O que há aqui é uma mudança na forma de se fazer história, que não mais produziria grandes obras:

“Após as primeiras pesquisas de maior escala sobre determinado período ou assunto serem realizadas, o estudo de história se torna necessariamente mais complexo e exigente, tornando a produção de livros ambiciosos progressivamente mais difícil. Somente se os avanços no pensamento histórico se mantivessem no ritmo de suas crescentes obrigações a escola poderia evitar o surgimento de um âmbito estreito e de uma menor eficácia.”^{xli}
(HIGHAM, 1965, p. 57)

Este historiador

“geralmente trabalha em um sistema educacional vasto que recompensa seus empregados com o prestígio e a segurança de quantidades previsíveis de pesquisas desapaixonadas. O cenário institucional, portanto, encoraja muito o fazer histórico mecânico e rotineiro.”^{xlii}
(HIGHAM, 1962: 609)

Mas ao mesmo tempo em que a forma do fazer histórico se altera, também seus temas sofrem uma drástica alteração. José Antônio Vasconcelos aponta

“duas fases no desenvolvimento da historiografia científica norte-americana até o início da década de 1930.” [Uma primeira, conservadora] “voltada principalmente para o estudo das instituições, e enfatizando sua

continuidade ao longo do tempo”, e uma outra, progressista, mais comprometida “com os problemas sociais do presente”, [e mais aberta a um diálogo interdisciplinar] “especialmente com a sociologia”. (VASCONCELOS: 29-30)

Desde a década de 1920 ganhou força o entendimento de que as mudanças históricas aconteciam

“através da luta, e o progresso ocorria quando o mais popular e democrático superava a resistência à mudança exercida pelos interesses investidos. Então a história americana se tornou a história dos conflitos épicos entre grupos desprivilegiados e grupos por se extinguirem. Se essa contenda era principalmente entre seções, como com Frederick Jackson Turner, ou entre grupos econômicos opostos, como com Charles Beard, ou entre ideologias Hamiltonianas e Jeffersonianas, como com Vernon Parrington, o dualismo fundamentalista atravessa o curso da história americana.”^{xliii} (HIGHAM, 1962: 611)

Isso não significa que essa historiografia progressista pudesse ser identificada ao marxismo. Ao contrário,

“Historiadores progressistas desarmaram a teoria marxista ao absorver seus elementos mais atraentes. A simpatia marxista pelos menos privilegiados e sua dinâmica de luta entre classes sociais opostas ressoaram com uma forte herança nativa das idéias Jacksonianas-populistas. Estudiosos progressistas, seguindo a liderança de Beard, podiam portanto dar à

linguagem do conflito social uma nítida inflexão americana. Ao destacar os temas do protesto social e de classe da teoria marxista de um sistema social irreconciliavelmente polarizado especificamente, a história progressista fez com que o marxismo parecesse ao mesmo tempo estrangeiro e desnecessariamente doutrinário. Os americanos certamente fariam melhor uso do marxismo se o progressismo não tivesse inundado as percepções de suas próprias. A mais nítida diferença entre os esquemas progressista e marxista está no contraste entre o nacionalismo de um e o internacionalismo do outro.”^{xliv} (HIGHAM, 1989: 462)

Apesar da nova história progressista do entreguerras carregar esse caráter nacionalista, e mesmo contribuir para o afastamento de uma historiografia radical de cunho marxista, no período que se segue à Segunda Guerra a tendência é “dissolver as antigas polaridades” (HIGHAM, 1962: 614).

“A historiografia progressista aos poucos foi dando lugar a pesquisas de caráter mais abrangente, com ênfase em aspectos que ressaltem o *consenso* e a *unidade nacional*” (VASCONCELOS, p. 32),

construindo a imagem de uma nação em que a revolução não seria necessária, e não haveria divisão de classe, (MOURA, p.43), gerando autocensura por parte dos intelectuais ou mesmo censurando obras, que recebiam pareceres negativos de publicação, inclusive na AHR, mesmo que estas não fossem propriamente de

esquerda ou marxistas, mas apenas enfatizassem a divisão social (NOVIK: 331-2).

Ao colocar de lado o conflito, esta historiografia não consegue explicar aspectos “como a discriminação racial e religiosa nos Estados Unidos”, ou mesmo a Guerra de Independência ou a Guerra Civil (HOOVER, 1965: 299-300; BENDER, 2002: 130). Daí que, passado o macartismo, pôde surgir na década de 60 uma historiografia radical, altamente influenciada pelo marxismo, que não tinha lugar com o avanço da historiografia progressista no entreguerras (HIGHAM, 1989: 461), calcada em movimentos sociais que lutavam pelos direitos das minorias ou dos marginalizados, a chamada História Social:

“ A estrutura da especialização derivou em grande parte do impacto da história social que frequentemente fundia a particularidade do foco baseado em grupos com compromissos ideológicos a uma classe e a movimentos sociais baseados na identidade. Esse padrão de trabalho desencorajou a integração de histórias particulares em qualquer tipo de síntese.”^{xlv}
(BENDER, 2002: 131)

Mas ao mesmo tempo em que o campo historiográfico se diversifica, e se liberta do patrulhamento ideológico no período anterior, perde também sua influência no cenário político nacional, com a redução significativa de sua influência na escolha dos currículos para as escolas básicas e secundárias (LINK, 1985: 14). O

corpo de historiadores crescia e se fragmentava de modo que a oferta por novos postos de trabalho nas universidades rareava cada vez mais (NOVIK, 574), e os textos mais inovadores ficaram restritos aos periódicos especializados (NOVIK, 579), fazendo com que, entre as décadas de 1970 e 80, os editores da AHR tivessem dificuldades de encontrar artigos de interesse geral – tamanha era sua escassez (NOVIK, 580). Na década de 80, a quantidade de membros da AHA era muito inferior à soma dos membros das associações coligadas. A partir da nova organização em nichos, a História Social aglutina a produção intelectual de esquerda, e a História da diplomacia defende a ordem vigente (NOVIK: 445), ambas reconhecidas como legítimas, sem nenhuma delas pretender uma totalidade explicativa.

Se desde o final do século XIX sempre fora possível identificar tendências gerais no ambiente historiográfico norte-americano (desde os evolucionistas conservadores até o início do XX, passando pelos progressistas em seguida até o pós-Segunda Guerra, até os consensualistas no início da Guerra Fria), a tendência geral dos anos 70 e 80 é justamente a ausência de uma tendência (NOVIK: 457-458), por conta de grande influência francesa (BENDER, 1986: 123), mas num processo que não se descola facilmente das tensões anteriores vividas pela disciplina, na qual

“a fragmentação das bolsas de estudo tem sua raiz na estrutura corrente das bolsas de estudo profissionais, que haviam encorajado uma especialização

excessiva e o desenvolvimento de subcampos com suas próprias redes e discurso ilustrado.”^{xvi} (ROSENZWEIG: 122)

Podemos dizer que na segunda metade do século XX a historiografia norte-americana passa por uma fase consensualista, muito influenciada pelo macartismo e, posteriormente, influenciada pelo panorama político dos anos 60 e 70 e pela nova história francesa, por uma fase de fragmentação e hiperespecialização, na realização de tendências que já vinham despontando desde a tensão entre amadores e profissionais do final do século XIX, mesmo deixando em aberto antigas questões. Na década de 80 ainda aparecem, nos ensaios bibliográficos, questões como a oposição entre narrativa e análise, ou entre obras acessíveis ao grande público e obras voltadas para especialistas (BENDER, 1986: 121). Este panorama nos permite concluir que, se não é possível falar em homogeneidade no cenário intelectual estadunidense, vislumbram-se tendências gerais, e a AHA e suas publicações, entre elas a AHR, podem ser percebidas como bons termômetros dessas variações. Mesmo com a fragmentação posterior à década de 60, a publicação de obras de interesse geral para o conjunto de associados (que se pretende idêntico à totalidade dos historiadores norte-americanos, mesmo que isso não corresponda à realidade) nos permite olhar para essa documentação como sendo reflexo de padrões aceitos de maneira mais ampla, ou como sendo convenções já próximas de estabelecidas entre o corpo de especialistas daquela área. O fato da

revista veicular basicamente as visões historiográficas hegemônicas em cada especialidade histórica é fruto de uma divisão de papéis em que as obras inovadoras ficariam restritas aos periódicos especializados, e a AHR cumpriria um papel de divulgação para o corpo mais amplo de estudiosos.

Citações no idioma original

^{xxxv} “the umbrella organization for the history profession”

^{xvi} “acquired an austere conception of specialized research that would before long separate them from amateur connections.”

^{xvii} “In a large sense, the new historical movement was part of the turn in American culture from romanticism to realism”

^{xviii} “the promotion of his collective interests and the regulation of his work. (...) The reciprocal relations between this emerging Association and the existing world of amateur scholarship constitute the central theme in the formation of a historical profession.”

^{xix} “early meetings of the AHA were often more social than academic occasions, dominated by amateurs”

^{xx} “The rise of a professional outlook in the field of history was an integral part of a broad movement for the establishment of authority in American intellectual life. In almost all fields of cultural endeavor, associations that defined standards and goals appeared in the late nineteenth century. The American Historical Association was one among a great number of such bodies.”

^{xxi} “exemplified and fostered the union of professors and patricians.”

^{xxii} “Adams probably did more than anyone else to Germanize American historical scholarship. Yet he took special care to involve amateur historians in the Association and thereby make it a broadly national institution.”

^{xxiii} “On the surface the issue was simply one of where to meet. (...) The protesters demanded and won a new policy of rotation that would bring the Association each year to one of the major university communities”

^{xxiv} “Behind this specific change it is not hard to see a broader professorial rebellion against Herbert Baxter Adams's careful balancing of academic and nonacademic interests.”

^{xxv} “By 1900 the ph.D. Degree was a prerequisite for a professorial appointment at respectable colleges”

^{xxvi} “a single, sustained effort to discuss the nature of historical knowledge.”

xxvii “Americans are a practical people who do not respond congenially to speculative discourse.”

xxviii “though some Americans still went to Paris and Oxford.”

xxix “a strictly professional historical journal”

xxx “originally an independent journal, which was marketed commercially by the Macmillan Company; the editors, who legally owned the Review”

xxxi “Since they wished to have an American publication with the highest technical standards, they created an entirely professional editorial board. (...) Three years later the Association began to subsidize the *Review* and elect new members of its editorial board. In 1915 an amateur member of the AHA, Frederic Bancroft, backed by some disgruntled southerners, made ugly charges of fraud and favoritism against the editors; whereupon the Association formalized its control of the Review by acquiring legal ownership. The independence of the Review during its early years, however, insured its uncompromising professionalism at a time when the Association was still in transition.”

xxxii “In the profession at large, one gesture of concern came in 1920 from the Council of the American Historical Association. Taking cognizance of a 'general public protest' against the stylistic faults of professional history, the Council appointed a committee that eventually published a small book, *The Writing of History* (1926), containing the standard laments and some ineffectual suggestions for improvement”

xxxiii “a conference on graduate study called by the American Historical Association in 1932 urged a shortening of dissertations and an improvement in literary standards. The same recommendations, sternly repeated twenty-five years later by a committee of graduate deans, remains to date largely unrealized.”

xxxiv “are still outside academic life”

xxxv “As American students discovered the doctoral dissertation in Germany in the nineteenth century, it was simply an exercise demonstrating one's capacity to do original research and to defend publicly an argument based thereon. Historical theses ran to about seventy pages; they occupied only a few months of a student's time. At first, American universities simply copied these procedures. Consequently, the dissertations their students executed in the 1880's were clearly works of apprenticeship, which did not involve so heavy a commitment of time and energy as to determinate a man's subsequent career.”

xxxvi “encouraged a progressive raising of the formal requirements.”

^{xxxvii} “Evidently the problem did not inhere in the formal requirements of the system but rather in the people who operated it and the students whom it recruited.”

^{xxxviii} “As american historians constructed their system of professional norms, and in particular the central norm of objectivity, they drew heavily on various European currents of thought. German historical scholarship was an unavoidable model – and had the advantage of borrowed prestige. Much the same was true of 'scientific method', in an age when scienticity was the hallmark of the modern and the authoritative. They opted for an austere style which would clearly distinguish professional historical work from the florid effusions of the amateur historians whom the professionals sought to displace.”

^{xxxix} “a surprisingly persistent, long-standing dissatisfaction among the senior statesmen of the historical profession.”

^{xi} “to an undervaluation of the present in comparison with the remembered promise of an earlier day. There is always a special temptation to underrate the young men coming forward by magnifying the titans of the past.”

^{xli} “After the first broad surveys of a topic or a period are worked out, historical study necessarily becomes more demanding and complex, making the execution of ambitious books progressively more difficult. Only if advances in historical thought keep pace with the growing burdens of research can scholarship avoid an appearance of narrowing scope and diminishing effectiveness.”

^{xlii} “usually works in a vast educational system that rewards its employees with prestige and security for predictable quantities of passionless research. The institutional setting, therefore, encourages much routine and mechanical history.”

^{xliii} “through struggle, and progress occurs when the more popular and democratic overcome resistance change offered by vested interests. And so American history became a story of epic conflict between over and underprivileged groups. Whether this strife was chiefly between sections, as with Frederick Jackson Turner, or between opposing economic groups, as with Charles Beard, or between Hamiltonian and Jeffersonian ideologies, as with Vernon Parrington, fundamental dualism cut through the course of American history.”

^{xliv} “Progressive historians disarmed Marxist theory by absorbing its most attractive elements. Marxim's sympathy with the underprivileged and its dynamic of struggle between opposing social strata resonated with a strong native heritage of the Jacksonian-populist ideas. Progressive scholars, following Beard's lead, could therefore give the language of social conflict a distinctively American inflection. By detaching the themes of class and social protest

from the specifically Marxist theory of an irreconcilably polarized social system, Progressive history made Marxism seem both alien and unnecessarily doctrinaire. Americans would surely have put Marxism to more and better use if Progressivism had not suffused their perceptions of it. The sharpest difference between the Progressive and the Marxist scheme lay in the contrast between the nationalism of one and the internationalism of the other."

^{xlv} "The structure of specialization derived in large part from the impact of a social history that often fused the group-based particularity of focus with ideological commitments to class and identity-based social movements. This pattern of work discouraged the integration of particular histories into some kind of synthesis"

^{xlvi} "the fragmentation of scholarship is rooted in the current structure of professional scholarship, which has encouraged an extreme specialization and the development of subfields with their own scholarly network and discourse."

O uso do termo “civil society” na *American Historical Review*

De 1884, data da fundação da *American Historical Review* (AHR), até 1945 são publicados 6 artigos nos quais é usada a palavra “civil society”, em todos eles apenas uma vez.¹³ A média é de um artigo a cada sete anos, sendo que de 1923 a 1940 passam-se dezessete anos sem que este termo seja lido numa edição da AHR. A partir de 1947 é publicado em média um artigo por ano em que se usa a expressão “civil society”, e o máximo de tempo que se passa sem a aparição do termo é de seis anos, entre 1956 e 1962. Podemos perceber, inclusive, uma clara tendência a se intensificar a recorrência de “civil society” nos artigos da AHR: nas décadas de 40 e 50, é publicado em média um artigo a cada quatro anos. Nas décadas de 60 e começo de 70, um artigo a cada dois anos. A partir da segunda metade da década de 70, um artigo por ano, sendo que a partir da década de noventa, sempre mais de um artigo por ano, chegando a serem publicados dez artigos em 1993, sobre os mais

¹³ "Notes of Major William Pierce on the Federal Convention of 1787" in *The American Historical Review*, Vol. 3, No. 2, (Jan., 1898), pp. 310-334; McLaughlin, Andrew C. "Social Compact and Constitutional Construction" in *The American Historical Review*, Vol. 5, No. 3, (Apr., 1900), pp. 467-490; Hart, Albert Bushnell. "Imagination in History" in *The American Historical Review*, Vol. 15, No. 2, (Jan., 1910), pp. 227-251; "Minor Notices" in *The American Historical Review*, Vol. 19, No. 3, (Apr., 1914), pp. 677-694; Bacot, D. Huger. "The South Carolina Up Country at the End of the Eighteenth Century" in *The American Historical Review*, Vol. 28, No. 4, (Jul., 1923), pp. 682-698; Ogden, H. V. S. "The State of Nature and the Decline of Lockian Political Theory in England, 1760-1800" in *The American Historical Review*, Vol. 46, No. 1, (Oct., 1940), pp. 21-44

variados temas – como história da ciência, escravidão ou prostituição no Japão imperial.¹⁴

Pretendendo mapear os usos deste conceito enquanto ainda se firma como uma expressão de uso mais que corrente, praticamente generalizado – de 1993 até hoje são 135 artigos com o uso do termo, praticamente oito artigos por ano – da idéia de “sociedade civil, estabelecemos como recorte o período que vai de 1947 a 1992, buscando investigar qual o sentido dado ao termo quando de sua utilização, e qual sua ligação com a tradição filosófica ou com o contexto político-acadêmico dos EUA no período.

É interessante notar que estas ocorrências nem sempre se dão pela escolha do autor em usar, em seu texto, o termo. Na maioria dos casos, aliás (vinte e sete artigos)¹⁵, o termo aparece em

¹⁴ Wakeman Jr., Frederic. "Voyages" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 1, (Feb., 1993), pp. 1-17; Bess, Michael D. "E. P. Thompson: The Historian as Activist" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 1, (Feb., 1993), pp. 18-38; "Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 1, (Feb., 1993), pp. 284-302; Schiebinger, Londa. "Why Mammals are Called Mammals: Gender Politics in Eighteenth-Century Natural History" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 2, (Apr., 1993), pp. 382-411; "Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 2, (Apr., 1993), pp. 622-636; Fritzsche, Peter. "Machine Dreams: Airmindedness and the Reinvention of Germany" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 3, (Jun., 1993), pp. 685-709; Garon, Sheldon. "The World's Oldest Debate? Prostitution and the State in Imperial Japan, 1900-1945" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 3, (Jun., 1993), pp. 710-732; "Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 3, (Jun., 1993), pp. 989-1004; David Eltis. "Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 5, (Dec., 1993), pp. 1399-1423; "Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 98, No. 5, (Dec., 1993), pp. 1717-1731

¹⁵ Sherwin, Oscar "An Eighteenth Century Beveridge Planner" in *The American Historical Review*, Vol. 52, No. 2, (Jan., 1947), pp. 281-290; Mason, Alpheus Thomas "The Federalist--A Split Personality" in *The American Historical Review*, Vol. 57, No. 3, (Apr., 1952), pp. 625-643; Masur, Gerhard "Distinctive Traits of Western Civilization - Through the Eyes of Western" in *The American Historical Review*, Vol. 67, No. 3, (Apr., 1962), pp. 591-608; Savelle, Max "Nationalism and Other Loyalties in the American Revolution" in *The American Historical Review*, Vol. 67, No. 4, (Jul., 1962), pp. 901-923; Morse, Richard M. "Some Characteristics of Latin American Urban History" in *The American Historical Review*, Vol. 67,

citações, ou seja, os autores destes artigos não escolheram usar o termo eles mesmos, mas sim optaram por citar autores que empregaram o termo, sendo que na maioria dos casos estes autores são clássicos, e não contemporâneos ao artigo. A primeira citação de um autor contemporâneo acontecerá em 1983, quando Gordon Graig

No. 2, (Jan., 1962), pp. 317-338; Hexter, J. H. "The Loom of Language and the Fabric of Imperatives - The Case of Il Principe and Utopia" in *The American Historical Review*, Vol. 69, No. 4, (Jul., 1964), pp. 945-968; Cochran, Thomas C. "History and Cultural Crisis" in *The American Historical Review*, Vol. 78, No. 1, (Feb., 1973), pp. 1-10; Hahn, Erich J. C. "The Junior Faculty in Revolt - Reform Plans for Berlin University in 1848" in *The American Historical Review*, Vol. 82, No. 4, (Oct., 1977), pp. 875-895; Kelley, Donald R. "The Metaphysics of Law - An Essay on the Very Young Marx" in *The American Historical Review*, Vol. 83, No. 2, (Apr., 1978), pp. 350-367; Kelley, Donald R. "Gaius Noster - Substructures of Western Social Thought" in *The American Historical Review*, Vol. 84, No. 3, (Jun., 1979), pp. 619-648; Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in *The American Historical Review*, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), pp. 919-944; Kramnick, Isaac "Republican Revisionism Revisited" in *The American Historical Review*, Vol. 87, No. 3, (Jun., 1982), pp. 629-664; Craig, Gordon A. "The Historian and the Study of International Relations" in *The American Historical Review*, Vol. 88, No. 1, (Feb., 1983), pp. 1-11; Ross, Dorothy "Historical Consciousness in Nineteenth-Century America" in *The American Historical Review*, Vol. 89, No. 4, (Oct., 1984), pp. 909-928; Diggins, John Patrick "Comrades and Citizens - New Mythologies in American Historiography" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 614-638; John Patrick Diggins, "Comrades and Citizens - New Mythologies in American Historiography - Reply" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 644-649; Conkin, Paul "Comrades and Citizens - New Mythologies in American Historiography - Comment" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 639-643; Lears, T. J. Jackson "The Concept of Cultural Hegemony - Problems and Possibilities" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 567-593; Maza, Sarah "Domestic Melodrama as Political Ideology - The Case of the Comte de Sanois" in *The American Historical Review*, Vol. 94, No. 5, (Dec., 1989), pp. 1249-1264; Painter Jr., Borden W. "Renzo De Felice and the Historiography of Italian Fascist" in *The American Historical Review*, Vol. 95, No. 2, (Apr., 1990), pp. 391-405; Flanagan, Maureen A. "Gender and Urban Political Reform - The City Club and the Woman's City Club of Chicago in the Progressive Era" in *The American Historical Review*, Vol. 95, No. 4, (Oct., 1990), pp. 1032-1050; "Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), pp. 1335-1345; Tyrrell, Ian "American Exceptionalism in an Age of International History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), pp. 1031-1055; McGerr, Michael "The Price of the New Transnational History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), pp. 1056-1067; Goheen, R. B. "Peasant Politics? Village Community and the Crown in Fifteenth-Century England" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 1, (Feb., 1991), pp. 42-62; "Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 97, No. 5, (Dec., 1992), pp. 1640-1653; Brooks, Jeffrey "Official Xenophobia and Popular Cosmopolitanism in Early Soviet Russia" in *The American Historical Review*, Vol. 97, No. 3, (Jun., 1992), pp. 973-984

citará Eric Nordlinger¹⁶. Ao final do nosso recorte, nos quatro artigos mais recentes em que o termo em questão aparece em citações, estas são de historiadores contemporâneos,¹⁷ sendo que nas três últimas são citados artigos ou livros em que o o termo “sociedade civil” aparece no título: Ian Tyrrell¹⁸ e Michael McGerr¹⁹ citam o artigo "American Exceptionalism' Revisited: The Role of Civil Society", de Daniel Bell, publicado na *The Public Interest*, 95 (Spring 1989) e R. B. Goheen cita o livro de M. E. James, “Family, Lineage and Civil Society” (Oxford, 1974)²⁰

Esta maior recorrência, por si só, é um grande indício da generalização do uso do conceito de sociedade civil. Antes da década de 80, mesmo a quantidade de outros autores, em outros trabalhos fora da AHR, usando este termo era bem menor, o que diminui sua circulação e faz com que ele não seja usado nos trabalhos publicados na AHR. Com a progressiva intensificação de

¹⁶ Craig, Gordon A. "The Historian and the Study of International Relations" in *The American Historical Review*, Vol. 88, No. 1, (Feb., 1983), p. 4

¹⁷ Flanagan, Maureen A. "Gender and Urban Political Reform - The City Club and the Woman's City Club of Chicago in the Progressive Era" in *The American Historical Review*, Vol. 95, No. 4, (Oct., 1990), p. 1033; Tyrrell, Ian "American Exceptionalism in an Age of International History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1032; McGerr, Michael "The Price of the New Transnational History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1057; Goheen, R. B. "Peasant Politics? Village Community and the Crown in Fifteenth-Century England" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 1, (Feb., 1991), p. 61

¹⁸ Tyrrell, Ian "American Exceptionalism in an Age of International History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1032

¹⁹ McGerr, Michael "The Price of the New Transnational History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1057

²⁰ Goheen, R. B. "Peasant Politics? Village Community and the Crown in Fifteenth-Century England" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 1, (Feb., 1991), p. 61

sua circulação, mesmo temas muito diversos usam autores que tem “civil society” em seu vocabulário corrente, e então o termo passa a aparecer também neste tipo de citação.

No entanto, nos perguntamos o que faz com que antes de 1947 passe a haver uma quantidade tão significativa de artigos citando autores clássicos, já bem conhecidos dos historiadores norte-americanos desde antes da primeira metade do século XX.

Os temas não são repentinamente diferentes: Revolução Americana, nacionalismo, federalismo, republicanism, História das Idéias. Mas, no entanto, os historiadores que agora se voltam para estes temas usam, em seus trabalhos, Kant, Hegel, ou se preocupam em estudar, em História das Idéias, A Utopia de Thomas Morus. Sem ter condições de, a partir desta documentação, supor o que causa esse repentino interesse, podemos apontar que talvez esteja aqui, nesta historiografia do pós-guerra, que recorre a autores clássicos para retomar a idéia de sociedade civil, o início do movimento de circulação cada vez maior deste termo, num processo de autoalimentação, de modo que, a partir de agora e cada vez mais, “civil society” seja integrado ao vocabulário corrente desses historiadores, podendo, posteriormente, aparecer inclusive em autores contemporâneos – tendência que domina a década de 90.

Em paralelo a esta maior recorrência de citações, há também quinze artigos em que a expressão “civil society” é usada no

próprio texto do artigo. Em suas primeiras aparições, o termo está relacionado ao "empoderamento" do conjunto da população. Carl B. Cone, ao tratar do cenário intelectual do século XVIII nos EUA, afirma que "liberdade civil existe quando a sociedade civil governa a si própria através de leis feitas por ela mesma"^{xlvi}. Aqui, portanto, ele atrela a liberdade civil à autodeterminação da sociedade civil (autogoverno pela elaboração de leis "feitas por ela mesma"). Nesse sentido, a sociedade civil é o conjunto de população (ou soberano) e governo (ou estrutura que faz as leis), uma vez que é a sociedade civil que faz as leis para ela própria, e esfera de onde emana a liberdade.²¹

Este mesmo uso se repete em 1956, quando, comentando sobre história militar, Richard D Challener e Maurice Lee Jr. afirmam que "há uma relação recíproca entre as instituições e políticas do corpo militar e aquelas da sociedade civil, que o suporta"^{xlvi}. Neste mesmo trecho, "civil society" é usado como sinônimo de "social institutions".²² Aqui, a sociedade civil é claramente distinta de uma das estruturas do estado – as instituições militares. Mesmo havendo uma determinação recíproca entre elas, é a sociedade civil que dá suporte, justifica a existência das instituições militares, e portanto é superior a estas, soberana, embora seja também por elas

²¹ Cone, Carl B. "Richard Price and the Constitution of the United States" in *The American Historical Review*, Vol. 53, No. 4, (Jul., 1948), p. 730

²² Challener, Richard D.; Lee Jr., Maurice "History and the Social Sciences - The Problem of Communications" in *The American Historical Review*, Vol. 61, No. 2, (Jan., 1956), p. 336

determinada. Novamente temos a idéia de uma população soberana ligada ao conceito de sociedade civil, como um momento anterior ao estado (daí que o justifique).

John Rath, falando da ordem dos Carbonari, afirma que nos primeiros graus da ordem se falava “sobre virtude, levar os homens de volta a sua bondade original, à necessidade de caridade, à perfeição do espírito humano e aos ensinamentos de uma ‘filosofia verdadeira’ conforme revelada pela linguagem da natureza”^{xlix}. Aqui, sociedade civil complementa “espírito humano”, como sendo a esfera temporal, totalidade social anterior ao estado.²³

Robert M. Kingdon, falando sobre o calvinismo e sua relação com a idéia de democracia, diz que “havia pensadores, nos primeiros estágios da Reforma Protestante, que tendiam a considerar analogias entre governo civil e governo eclesiástico, e a aplicar a uma esfera argumentos trazidos do que considerassem adequado à outra. E pelo menos um desses pensadores estava convencido de que um governo ‘democrático’ era o melhor para a igreja, etambém poderia ser melhor para a sociedade civil”^l. Dessa forma, o termo é associado ao conjunto da população, mas não necessariamente ao “soberano”, em termos lockeanos. É simplesmente aquele que é governado, em termos bem próximos do jusnaturalismo de Hobbes, e

²³ Rath, R. John "The Carbonari - Their Origins, Initiation Rites, and Aims" in The American Historical Review, Vol. 69, No. 2, (Jan., 1964), p. 395

bem adequado ao tema do artigo em que aparece.²⁴ Trata-se da totalidade social que existe de uma determinada forma, com um determinado governo

Francis Oakley, ao falar do cenário intelectual que antecede a Reforma Protestante, mais especificamente da obra de Jacques Almain, teólogo da transição do século XV para o XVI, diz que este autor se dedica a “distinguir claramente sociedade civil e Igreja. A Igreja não é meramente um corpo político, mas o corpo místico de Cristo”^{li}. Temos aqui novamente a aproximação de sociedade civil a “corpo político”, como um conjunto de instituições em que a vontade dos indivíduos aparece, agora em oposição à igreja, na qual se manifesta a vontade de Deus.²⁵

Harry W. Paul, ao falar da vida intelectual católica na França do século XIX, apresenta uma das posições defendidas como sendo a necessidade de “seguir a sociedade civil da autocracia para a democracia”^{lii}. Aqui, portanto, sociedade civil é uma esfera social que comporta um regime político, uma totalidade social que inclui o estado.²⁶

²⁴ Kingdon, Robert M. "Calvinism and Democracy - Some Political Implications of Debates on French Reformed Church Government, 1562-1572" in *The American Historical Review*, Vol. 69, No. 2, (Jan., 1964), pp. 399-400

²⁵ Oakley, Francis "Almain and Major - Conciliar Theory on the Eve of the Reformation" in *The American Historical Review*, Vol. 70, No. 3, (Apr., 1965), pp. 676-677

²⁶ Paul, Harry W. "In Quest of Kerygma - Catholic Intellectual Life in Nineteenth-Century France" in *The American Historical Review*, Vol. 75, No. 2, (Dec., 1969), p. 409

Samuel F. Scott, discorrendo sobre a manutenção da ordem durante a revolução francesa, e portanto severamente preocupado com o papel do Estado, diz que “ainda que muitos incidentes de insubordinação não afetassem imediatamente a sociedade civil, o colapso geral da disciplina militar em 1790 era tão sério que a habilidade do governo para garantir a defesa nacional e manter a ordem interna estava seriamente comprometida”^{liii} Nesse caso, a sociedade civil é algo que o governo defende, protege, uma esfera distinta e subordinada ao Estado.²⁷

Pauline Maier, abordando a obra de Samuel Adams, diz que este historiador “geralmente se colocava no papel de falar pelo povo; e ainda que enfatizasse o tema da igualdade nos anos 1790, quando inspirada pela Revolução Francesa, a via como objetivo maior da sociedade civil já em 1771”^{liv} O objetivo da sociedade civil torna-se a igualdade, embora a sociedade civil seja anterior a este objetivo. Temos novamente a referência ao todo social, uma população que se governa de um modo ou de outro, mas que a partir de determinado momento, busca a liberdade. Esse conjunto de fatores afirma, portanto, que a sociedade civil contemporânea é o espaço da liberdade.²⁸ É o início da montagem do discurso segundo o qual a

²⁷ Scott, Samuel F. "Problems of Law and Order during 1790, the Peaceful Year of the French Revolution" in *The American Historical Review*, Vol. 80, No. 4, (Oct., 1975), pp. 863-864

²⁸ Maier, Pauline "Coming to Terms with Samuel Adams" in *The American Historical Review*, Vol. 81, No. 1, (Feb., 1976), p. 32

sociedade civil contemporânea terá determinados atributos-chave, sendo um deles a liberdade.

J. G. A. Pocock afirma, em artigo de 1982, que um dos desafios da historiografia é “estabelecer uma relação entre a fronteira militar e a sociedade civil na história americana desde a Revolução Americana.”^{iv} Aqui, portanto, sociedade civil é enfatizada pelo seu lado civil, em oposição a militar. Trata-se da esfera da população em geral, sem atributos de governo ou poder político específico, mas apenas com as possibilidades abertas aos indivíduos.²⁹ Aqui aparentemente se retoma um sentido já posto anteriormente, porém com uma mudança sensível: não se trata da totalidade social anterior ao Estado, que o justifique ou passe a ser protegida por ele. É simplesmente o conjunto da população, num momento em que já existe Estado. Neste contexto a sociedade civil é composta pelos indivíduos da sociedade contemporânea.

Gregory L. Freeze inaugura, em 1986, os artigos que se voltam especificamente para os países do Leste, socialistas ou ex-socialistas. Este tema se difundirá com profusão na década de 90, e domina a maioria dos artigos publicados no final do nosso recorte. Em seu artigo, Freeze estudará o conceito de Estado na Rússia pré-revolucionária, e dirá que justamente o Estado russo “formou uma barreira crucial para a modernização política do antigo regime, uma

²⁹²⁹ Pocock, J. G. A. "The Limits and Divisions of British History - In Search of the Unknown Subject" in *The American Historical Review*, Vol. 87, No. 2, (Apr., 1982), p. 327

vez que este era severamente antitético à criação de uma moderna sociedade civil, o que é condição *sine qua non* para uma ordem democrática^{lvi}. Neste ponto já temos a montagem do discurso que afirma ser a sociedade civil fundamental para a democracia,³⁰ e não poder haver democracia sem sociedade civil, sendo que esta, além de ser o espaço radical da liberdade, é também o espaço dos indivíduos livres, sem subordinação ao estado.

Arthur Waldron, estudando os senhores da guerra chineses, apresenta uma teoria segundo a qual a origem desse movimento seria “a deficiência da sociedade civil, não o imperialismo. Pobreza e lutas internas na China antecederiam, em muito, o imperialismo. O problema real era a desordem.”^{lvii}. Nesse caso, a sociedade civil falha em organizar a sociedade, e daí aparecem os senhores da guerra. Se trata de uma esfera social com as mesmas funções que o estado, embora o papel do estado em relação a este tema não fique claro no artigo. De qualquer forma, defrontamo-nos com mais um artigo afirmando o desenvolvimento falho da sociedade civil num país do socialismo, e novamente no período anterior ao estabelecimento deste.³¹ Na conclusão deste artigo, Waldron diz que um dos principais desafios da China é compreender “os problemas básicos da natureza da sociedade civil, o uso da força e como

³⁰ Freeze, Gregory L. "The Soslovie (Estate) Paradigm and Russian Social History" in *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 1, (Feb., 1986), p. 35

³¹ Waldron, Arthur. "The Warlord - Twentieth-Century Chinese Understandings of Violence, Militarism, and Imperialism" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1095

romper de uma vez por todas com os marcos da violência política interna”^{lviii}, de maneira que a imagem que se mostra é a de que, se houver o controle social a partir da sociedade civil, não haverá violência.

Shaul Bakhash, falando sobre o Irã, afirma que “o que existe de sociedade civil será encontrado no espaço privado que pequenos grupos de pessoas conseguem escavar para si próprios, longe dos longos braços e intrusivos olhos e orelhas do estado.”^{lix} Aqui, a sociedade civil é radicalmente distinta do estado, mas não deveria ser. Nessa caracterização, um estado autoritário não se permite conviver com a sociedade civil, quando o adequado seria uma sociedade civil desenvolvida, convivendo harmonicamente com o Estado: distintos e independentes.³²

Keith Hitchins, estudando a Romênia, observa que a traumática experiência do comunismo teve como consequência, “na vida política e social, a submersão da sociedade civil em instituições carentes de integridade”, além da centralização econômica e repressão intelectual, e “acima de tudo, provocou incalculáveis danos ao senso moral coletivo pela proliferação e desdenho às leis.”^{lx} Aqui fica claro o discurso iniciado no final da década de 80, com a caracterização dos países comunistas como sendo radicalmente distintos do mundo capitalista entre outras coisas pela

³² Bakhash, Shaul "Iran" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 5, (Dec., 1991), p. 4196

sociedade civil, que não conseguiria cumprir seu papel adequadamente no leste, uma vez que o autoritarismo não a permite se desenvolver. Ao contrário dos países capitalistas, aqui a sociedade civil é subordinada ao jugo estatal.³³

Como se viu, logo que o conceito começou a se reavivar no vocabulário culto estadunidense, ele era colocado vagamente como uma coletividade, mas que tendia a uma regulação, ou a uma autorregulação, até afirmar-se claramente o significado de comunidade política, o espaço da liberdade, uma esfera de existência cujo surgimento se confunde com o próprio aparecimento da democracia ocidental. Em seguida, estabelecido esse parâmetro e integrado o termo ao vocabulário corrente da historiografia, entra em voga o estudo dos países comunistas ou ex-comunistas, e aí aquele sentido operado previamente conseguiria atuar incisivamente, operando uma cisão entre os dois modelos e afirmando, categoricamente, que o Ocidente, o *locus* por excelência da sociedade civil e de onde deverá emanar seu modelo, é o lugar da liberdade, e o Oriente (Rússia, China, Irã, etc.) o lugar da tirania, a despeito de sociedade civil, mesmo num espaço de tempo muito curto, ter tido outros, e diversos, significados nos trabalhos acadêmicos publicados na AHR. Sendo assim, esses trabalhos mais

³³ Hitchins, Keith "Romania" in *The American Historical Review*, Vol. 97, No. 4, (Oct., 1992), pp. 1080-1081

recentes, despreocupados inclusive da ligação com a tradição do conceito, instituíram uma nova marca identitária para si próprios.

Citações no idioma original

^{xlvi} “Civil liberty existed when civil society governed itself by laws of its own making”

^{xlvi} “there is a reciprocal relationship between the institutions and policies of the military establishment and those of the civil society that supports it.”

^{xlvi} about virtue, leading man back to his original goodness, the need for charity, the perfection of the human spirit and civil society, and the teachings of the "true philosophy" as revealed in the language of nature

ⁱ there were thinkers, in the earlier stages of the Protestant Reformation, who were quite willing to consider analogies between civil and ecclesiastical government and to apply to one sphere arguments drawn from thought about the best form of government in the other sphere. And at least one of these thinkers was convinced that a "democratic" government was best for the church, and might also be best for civil society.

ⁱⁱ to distinguishing sharply between civil society and the Church. The Church is not merely a political body, he says, but the mystical body of Christ.

ⁱⁱⁱ must follow **civil society** from autocracy to democracy

ⁱⁱⁱ Although many incidents of insubordination did not immediately affect **civil society**, the general collapse of military discipline in 1790 was so serious that the government's ability to provide for national defense and to maintain domestic order was dangerously impaired

^{liv} His writings often took on the guise of speaking for the people; and, though he emphasized the theme of equality mainly in the 1790s when inspired by the French Revolution, he saw it as a major purpose of **civil society** already in 1771

^{lv} establishing a relationship between military frontier and **civil society** in American history down to Revolution and independence

^{lvi} formed a crucial barrier to the political modernization of the old regime, for it was utterly antithetical to the creation of a modern **civil society**, which is a sine qua non for a democratic order

-
- ^{lvii} the origin of warlordism lay in the failure of **civil society**, not in imperialism. Poverty and internal strife in China long antedated imperialism. The real problem was disorder
- ^{lviii} basic issues of the nature of **civil society**, the status of force, and how to break once and for all the patterns of internal political violence
- ^{lix} What exists of **civil society** is to be found in the private space that small groups of people manage to carve out for themselves, away from the long arm and intrusive eyes and ears of the state
- ^{lx} it is evident now that the overall experience of Communism for Romanians was traumatic. In the economy, it substituted central control for the entrepreneurial spirit; in political and social life, it submerged **civil society** in institutions lacking integrity; in intellectual life, it stifled the free expression of the human spirit; and, gravest of all, it did incalculable injury to the collective moral sense by proliferating laws and disdaining Law.

Referências bibliográficas

- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Civil Society and Political Theory**. Massachusetts: MIT, 1995. 3ª edição.
- BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no Pensamento de Kant**. Brasília, UNB, 1984.
- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. In: GERRATANA, Valentino (Org.). Turim: Einaudi, 1975. Ed. Crítica. 4v.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Victor Civita, 1974.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo** in IDEM. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973. pp. 37-139.
- SOARES, Marly Carvalho. **Sociedade civil e sociedade política em Hegel**. Fortaleza: UECE, 2006.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 3ª edição.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** in IDEM. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973a. pp. 207-329.
- ROUSSEAU BOBBIO, Norberto. **Do contrato social** in IDEM. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973b. pp. 7-153.
- HIGHAM, John. "Beyond Consensus: The Historian as Moral Critic" in **The American Historical Review**, Vol. 67, No. 3, (Apr., 1962), pp. 609-625
- HIGHAM, John. "Changing Paradigms: The Collapse of Consensus History" in **The Journal of American History**, Vol. 76, No. 2, (Sep., 1989), pp. 460-466
- HOOVER, Dwight. "Some Comments on Recent United States Historiography" in **American Quarterly**, Vol. 17, No. 2, Part 2: Supplement, (Summer, 1965), pp. 299-318

- BENDER, Thomas. "Strategies of Narrative Synthesis in American History" in **The American Historical Review**, Vol. 107, No. 1, (Feb., 2002), pp. 129-153
- BENDER, Thomas. "Wholes and Parts: The Need for Synthesis in American History" in **The Journal of American History**, Vol. 73, No. 1 (Jun., 1986), pp. 120-136
- MOURA, Gerson. **História de uma história**: rumos da historiografia norte-americana no século XX. São Paulo, SP: Edusp, 1995.
- NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession. Cambridge: Cambridge University, 1992
- POCOCK, Emil. "Presidents of the American Historical Association: A Statistical Analysis" in **The American Historical Review**, Vol. 89, No. 4, (Oct., 1984), pp. 1016-1036
- LINK, Arthur. "The American Historical Association, 1884-1984: Retrospect and Prospect." in **The American Historical Review**, Vol. 90, No. 1 (Feb., 1985), pp. 1-17
- ROSENZWEIG, Roy. "What Is the Matter with History?" in **The Journal of American History**, Vol. 74, No. 1 (Jun., 1987), pp. 117-122
- HIGHAM, John. **History**: Professional Scholarship in America. New York: Harper Torshbooks, 1965
- VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia e fontes

Corpo documental consultado:

American Historical Review, de 1984 a 1994

Artigos analisados:

Sherwin, Oscar "An Eighteenth Century Beveridge Planner" in *The American Historical Review*, Vol. 52, No. 2, (Jan., 1947), pp. 281-290

Cone, Carl B. "Richard Price and the Constitution of the United States" in *The American Historical Review*, Vol. 53, No. 4, (Jul., 1948), pp. 726-747

Mason, Alpheus Thomas "The Federalist--A Split Personality" in *The American Historical Review*, Vol. 57, No. 3, (Apr., 1952), pp. 625-643

Challener, Richard D.; Lee Jr., Maurice "History and the Social Sciences - The Problem of Communications" in *The American Historical Review*, Vol. 61, No. 2, (Jan., 1956), pp. 331-338

Masur, Gerhard "Distinctive Traits of Western Civilization - Through the Eyes of Western" in *The American Historical Review*, Vol. 67, No. 3, (Apr., 1962), pp. 591-608

Savelle, Max "Nationalism and Other Loyalties in the American Revolution" in *The American Historical Review*, Vol. 67, No. 4, (Jul., 1962), pp. 901-923

Morse, Richard M. "Some Characteristics of Latin American Urban History" in *The American Historical Review*, Vol. 67, No. 2, (Jan., 1962), pp. 317-338

Hexter, J. H. "The Loom of Language and the Fabric of Imperatives - The Case of Il Principe and Utopia" in *The American Historical Review*, Vol. 69, No. 4, (Jul., 1964), pp. 945-968

Rath, R. John "The Carbonari - Their Origins, Initiation Rites, and Aims" in *The American Historical Review*, Vol. 69, No. 2, (Jan., 1964), pp. 353-370

Kingdon, Robert M. "Calvinism and Democracy - Some Political Implications of Debates on French Reformed Church Government, 1562-1572" in *The American Historical Review*, Vol. 69, No. 2, (Jan., 1964), pp. 393-401

Oakley, Francis "Almain and Major - Conciliar Theory on the Eve of the Reformation" in *The American Historical Review*, Vol. 70, No. 3, (Apr., 1965), pp. 673-690

Solt, Leo F. "Puritanism, Capitalism, Democracy, and the New Science" in *The American Historical Review*, Vol. 73, No. 1, (Oct., 1967), pp. 18-29

Paul, Harry W. "In Quest of Kerygma - Catholic Intellectual Life in Nineteenth-Century France" in *The American Historical Review*, Vol. 75, No. 2, (Dec., 1969), pp. 387-423

- Cochran, Thomas C. "History and Cultural Crisis" in *The American Historical Review*, Vol. 78, No. 1, (Feb., 1973), pp. 1-10
- Scott, Samuel F. "Problems of Law and Order during 1790, the Peaceful Year of the French Revolution" in *The American Historical Review*, Vol. 80, No. 4, (Oct., 1975), pp. 859-888
- Maier, Pauline "Coming to Terms with Samuel Adams" in *The American Historical Review*, Vol. 81, No. 1, (Feb., 1976), pp. 12-37
- Hahn, Erich J. C. "The Junior Faculty in Revolt - Reform Plans for Berlin University in 1848" in *The American Historical Review*, Vol. 82, No. 4, (Oct., 1977), pp. 875-895
- Kelley, Donald R. "The Metaphysics of Law - An Essay on the Very Young Marx" in *The American Historical Review*, Vol. 83, No. 2, (Apr., 1978), pp. 350-367
- Kelley, Donald R. "Gaius Noster - Substructures of Western Social Thought" in *The American Historical Review*, Vol. 84, No. 3, (Jun., 1979), pp. 619-648
- Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in *The American Historical Review*, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), pp. 919-944
- Kramnick, Isaac "Republican Revisionism Revisited" in *The American Historical Review*, Vol. 87, No. 3, (Jun., 1982), pp. 629-664
- Pocock, J. G. A. "The Limits and Divisions of British History - In Search of the Unknown Subject" in *The American Historical Review*, Vol. 87, No. 2, (Apr., 1982), pp. 311-336
- Craig, Gordon A. "The Historian and the Study of International Relations" in *The American Historical Review*, Vol. 88, No. 1, (Feb., 1983), pp. 1-11
- Ross, Dorothy "Historical Consciousness in Nineteenth-Century America" in *The American Historical Review*, Vol. 89, No. 4, (Oct., 1984), pp. 909-928
- Diggins, John Patrick "Comrades and Citizens - New Mythologies in American Historiography" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 614-638
- John Patrick Diggins, "Comrades and Citizens - New Mythologies in American Historiography - Reply" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 644-649
- Conkin, Paul "Comrades and Citizens - New Mythologies in American Historiography - Comment" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 639-643
- Lears, T. J. Jackson "The Concept of Cultural Hegemony - Problems and Possibilities" in *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), pp. 567-593
- Freeze, Gregory L. "The Soslovie (Estate) Paradigm and Russian Social History" in *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 1, (Feb., 1986), pp. 11-36

Maza, Sarah "Domestic Melodrama as Political Ideology - The Case of the Comte de Sanois" in *The American Historical Review*, Vol. 94, No. 5, (Dec., 1989), pp. 1249-1264

Painter Jr., Borden W. "Renzo De Felice and the Historiography of Italian Fascist" in *The American Historical Review*, Vol. 95, No. 2, (Apr., 1990), pp. 391-405

Flanagan, Maureen A. "Gender and Urban Political Reform - The City Club and the Woman's City Club of Chicago in the Progressive Era" in *The American Historical Review*, Vol. 95, No. 4, (Oct., 1990), pp. 1032-1050

"Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), pp. 1335-1345

Waldron, Arthur "The Warlord - Twentieth-Century Chinese Understandings of Violence, Militarism, and Imperialism" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), pp. 1073-1100

Tyrrell, Ian "American Exceptionalism in an Age of International History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), pp. 1031-1055

McGerr, Michael "The Price of the New Transnational History" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), pp. 1056-1067

Goheen, R. B. "Peasant Politics? Village Community and the Crown in Fifteenth-Century England" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 1, (Feb., 1991), pp. 42-62

Bakhash, Shaul "Iran" in *The American Historical Review*, Vol. 96, No. 5, (Dec., 1991), pp. 1479-1496

"Collected Essays" in *The American Historical Review*, Vol. 97, No. 5, (Dec., 1992), pp. 1640-1653

Brooks, Jeffrey "Official Xenophobia and Popular Cosmopolitanism in Early Soviet Russia" in *The American Historical Review*, Vol. 97, No. 3, (Jun., 1992), pp. 973-984

Hitchins, Keith "Romania" in *The American Historical Review*, Vol. 97, No. 4, (Oct., 1992), pp. 1064-1083

Sobre sociedade civil

ANDRADE, Régis Stephan de Castro. "Pacto democrático, negociação e autoridade" In: *Lua Nova*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 7-16, abr./jun. 1988.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean Louis. **Civil society and political theory**. Cambridge: Mit, 1995.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- ASÍS, Rafael de. **Valores, derechos y estado a finales del siglo XX**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid: Dykinson, 1996.
- BARBIERI, William A.; MAGLIOLA, Robert R.; WINSLOW, Rosemary. **Civil society: who belongs?** Washington, D.C.: Council for Research in Values and Philosophy, c2004.
- BENHABIB, Seyla, ed. **Democracy and difference: contesting the boundaries of the political**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, c1996.
- BLUMENBERG, Hans. **The legitimacy of the modern age**. Cambridge, Mass.: MIT Press, c1983, 1995.
- BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no Pensamento de Kant**. Brasília, UNB, 1984.
- _____. **Ensaio sobre Gramsci: o conceito de sociedade civil**. 2a ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 11a Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- BRANCO, Marcello Simão. **Da transição dos anos 80 para o início do século XXI: uma discussão teórica e comparativa da democratização na América Latina**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o estado: por uma teoria materialista da filosofia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUZZI, A. R. **Teoria política de Antonio Gramsci**. Barcelona: Fontanella, 1969.
- CARA, Daniel Tojeira. **Estrutura teórica e importância analítica do conceito de sociedade civil e sua aplicação no Brasil**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, Cíntia. **Cultura política, opinião pública e legitimidade democrática no Brasil: de 1989 a 2000**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. "Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização" (Seminário "Os sentidos da

- democracia e da participação": 2004: São Paulo) In: *Polis*, n. 47, p. 23-30, 2005, São Paulo.
- COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos, (org.). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CRONIN, Thomas E. **Direct democracy**: the politics of initiative, referendum, and recall. San Jose, Calif.; Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.
- CUPERUS, René, ed.; KANDEL, Johannes, ed. **European social democracy**: transformation in progress. Amsterdam: Friedrich Ebert Stiftung: Wiardi Beckman Stichting, 1998.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. UnB, c2001.
- DAVID, Gérard. **La démocratie**: mémoire et perspectives d'un projet politique. Paris: Editions du temps, 1998.
- DEBRUN, Michel. **Gramsci**: filosofia, política e bom senso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. **Redefinição política ou despolitização?** As concepções de "terceiro setor" no Brasil. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina.
- GRAMSCI, Antonio. **Antologia**. 2ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1974.
- _____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Debates sobre los consejos de fabrica**. Barcelona: Anagrama, 1977.
- _____. **El risorgimento**. Argentina: Granica, 1974.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. **Quaderni del carcere**. In: GERRATANA, Valentino (Org.). Turim: Einaudi, 1975. Ed. Crítica. 4v.
- GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. 4a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

- GUTMANN, Amy. **Democracy and disagreement**. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2000, c1996.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Victor Civita, 1974.
- HOLLENSTEINER, Stephan (org.). **Estado e sociedade civil no processo de reformas no Brasil e na Alemanha**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.
- INNOCENTINI, Mário. **Estado e sociedade**: o conceito de hegemonia em Gramsci. São Paulo: Editora Tecnos, 1979.
- KEANE, John. **Civil society**: old images, new visions. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1998.
- LAGRUTTA, Celina. **Participação e competição na teoria democrática em busca de um campo de confluência**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- LAVENIR, Catherine Bertho. **La démocratie et les médias au 20e siècle**. Paris: Armand Colin, c2000.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo** in IDEM. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973. pp. 37-139.
- LUIS, Alessandro Serafim Octaviani. **Hegemonia e direito**: uma reconstrução do conceito de Gramsci. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- McLEAN, George F.; MAGLIOLA, Robert R.; FOX, William. **Democracy**: in the throes of liberalism and totalitarianism. Washington, D.C.: Council for Research in Values and Philosophy, 2003.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 3ª edição.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. "O capital contra a democracia" (Seminário "Os sentidos da democracia e da participação": 2004: São Paulo) In: *Pólis*, n. 47, p. 13-21, 2005, São Paulo.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** in IDEM. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973a. pp. 207-329.
- _____. **Do contrato social** in IDEM. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973b. pp. 7-153.
- SELIGMAN, Adam B. **The idea of civil society**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SERPA, Luiz Gustavo Martins. **Os fins e os meios**: racionalidade política e racionalidade econômica em Schumpeter, Downs e Olson. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- SIEDENTOP, Larry. **Democracy in Europe**. London: Allen Lane, 2000.
- SKOCPOL, Theda; FIORINA, Morris P. **Civic engagement in American democracy**. Washington, D.C.; New York: Brookings Institution Press: Russell Sage Foundation, c1999.
- SOARES, Marly Carvalho. **Sociedade civil e sociedade política em Hegel**. Fortaleza: UECE, 2006.
- WHITEHEAD, Laurence. **Democratization**: theory and experience. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- WOOK, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

Fundamentação teórica

- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RIO, 2006.
- _____. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. [Kritik und Krise: ein Beitrag zur Pathogenese der bürgerlichen Welt]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. **Historia, Historia**. Madrid: Trotta, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Merleau-Pontty na Sorbonne**: Resumo de Cursos: 1949-1952: Filosofia e Linguagem, Constança Marcondes Cesar (trad.). Campinas, Papirus, 1990.

MOORE Junior, Barrington. **Poder político e teoria social**: sete estudos. São Paulo: Cultrix, 1972.

ORTIZ, Renato. **Consciência fragmentada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Participação política e organizações da sociedade civil em novas democracias" In: *Cultura e democracia* Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001.

RICOEUR, Paul, **Tempo e narrativa** (tomo 1), Constança Marcondes Cesar (trad.). Campinas, Papirus, 1990.

Historiografia norte-americana

HIGHAM, John. **History**: Professional Scholarship in America. New York: Harper Torshbooks, 1973.

MOURA, Gerson. **História de uma história**: rumos da historiografia norte-americana no século XX. São Paulo, SP: Edusp, 1995.

NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession. Cambridge: Cambridge University, 1992

VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume, 2005.

Obras gerais

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SADER, Emir. **Século XX**: uma biografia não-autorizada. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

Anexo: Fichas de análise documental

ficha0001	<i>Cone, Carl B. "Richard Price and the Constitution of the United States" in The American Historical Review, Vol. 53, No. 4, (Jul., 1948), p. 730</i>
Price's views were not original and they followed fairly closely the natural rights philosophy of the time. His political thought was an extension of his moral philosophy since for him the power to act as a self-determining agent was the test of all liberty-physical, moral, religious, and civil. Civil liberty existed when civil society governed itself by laws of its own making, and, as Price saw it, the Americans did not enjoy that liberty. Along with the expression of the right of a people to govern and tax themselves by means of a legislature elected by and responsible to them, went the assertion of the sovereignty of the people and therefore of the right of revolution.	
Contexto da citação: Publicou um panfleto de grande circulação em 1776, que é transposto neste trecho	
Comentário: atrela a liberdade civil à autodeterminação da sociedade civil (autogoverno pela elaboração de leis "feitas por ela mesma"). Nesse sentido, a sociedade civil é o conjunto de população (ou soberano) e governo (ou estrutura que faz as leis), uma vez que é a sociedade civil que faz as leis para ela própria.	
palavras-chave: soberano+legislativo; liberdade	Grupo de sentido: distinta e independente:

ficha0002	<i>Cone, Carl B. "Richard Price and the Constitution of the United States" in The American Historical Review, Vol. 53, No. 4, (Jul., 1948), p. 729</i>
he was grateful to Congress, and he asked Franklin to tell that body "that Dr. Price feels the warmest gratitude for the notice taken of him, and that he looks to the American States, as now the hope, and likely soon to become the refuge of mankind."	
Contexto da citação: Price foi convidado pelo congresso para equalizar as finanças americanas, e declinou gentilmente o convite	
Comentário: o autor analisado afirma esperar que os EUA "logo se torne o refúgio da humanidade", atrelando o conceito de humanidade aos de democracia e liberdade	
palavras-chave: conceito de humanidade	Grupo de sentido: :

ficha0003	Mason, Alpheus Thomas "The Federalist--A Split Personality" in The American Historical Review, Vol. 57, No. 3, (Apr., 1952), p. 634	
The "latent causes of faction are thus sown in the nature of man," Madison observed in essay 10. They are "everywhere brought into different degrees of activity according to the different circumstances of civil society. A zeal for different opinions concerning religion, concerning government, and many other points, as well of speculation as of practice; an attachment to different leaders ambitiously contending for pre-eminence and power; or to persons of other descriptions whose fortunes have been interesting to the human passions, have, in turn, divided mankind into parties, inflamed them with mutual animosity". Madison saw "the most frivolous and fanciful distinctions" exciting the "most violent conflicts." Property was "the most common and durable source of factions, "not, as Harold Laski "quotes" him as saying, "the only" foundation.		
Contexto da citação: faction é a divisão de interesses dentro da sociedade, na qual para haver liberdade é preciso que haja disparidade de propriedades. Os homens são maus por natureza, e é preciso haver um estado regulador para garantir o direito de propriedade.		
Comentário: Sociedade civil está citado no trecho analisado, e se refere à sociedade como um todo, em seus aspectos relacionais		
palavras-chave:	James Madison	Grupo de sentido: sociedade:

ficha0004	Mason, Alpheus Thomas "The Federalist--A Split Personality" in The American Historical Review, Vol. 57, No. 3, (Apr., 1952), pp. 634-635
For this many-faceted evil there was no easy remedy. Pure democracy was no cure because it is "incompatible with personal security or the rights of property." Two other possible remedies suggested themselves, but these were also rejected. One would destroy liberty and create in the community a will "independent of the majority," as in monarchy; the other would give all citizens the same interests, the same passions, the same opinion, as in, say, communism. Neither of these authoritarian correctives was acceptable: the first was unthinkable, the second impracticable.	
Contexto da citação: porque deve haver a disparidade de propriedade em favor da liberdade	
Comentário: disserta sobre formas alternativas de governo, distintas da americana, todas inferiores a esta	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0005	<i>Mason, Alpheus Thomas "The Federalist--A Split Personality" in The American Historical Review, Vol. 57, No. 3, (Apr., 1952), pp. 631-632</i>
<p>Madison, on the other hand, though not ignoring the need for more power in Congress, had pointed especially to troubles growing out of flagrant abuses in state legislatures, especially the subversive effect of laws affecting vested rights of property and contract. He had dealt with these inadequacies at length in his preconvention essay, "The Vices of the Political System of the United States."² These evils were still in the forefront of his mind at Philadelphia when, on June 6, he queried Roger Sherman's statement of "the objects of Union" as primarily "defense against foreign danger," "treaties with foreign nations," "regulating foreign commerce and drawing revenue from it," etc. All these objects were important, Madison agreed, but he "combined with them the necessity of providing more effectually for the securing of private rights, and the steady dispensation of justice." "Interferences with these," he maintained, "were evils which had, more perhaps than anything else, produced this convention."² Madison reinforced his convictions on June 26;²⁷ he gave the same ideas full-dress treatment in the Federalist, numbers 10 and 51. For him an important object of the Constitution was to limit state legislative power. Article I, Section 10, was therefore among its most important provisions. For Hamilton, on the other hand, the new Constitution was chiefly significant as a grant of power. The heart of it was the congressional authority enumerated in Article I, Section 8, paragraphs 1 to 18 inclusive, and in the supremacy clause, Article VI, paragraph 2.</p>	
Contexto da citação: expõe a posição de Madison sobre o poder que deve ter o estado	
Comentário: o estado deve ter um legislativo forte, mas isso pode trazer problemas, afetando os direitos sagrados de propriedade e contrato. A principal função do estado é defender os interesses nacionais no cenário internacional	
palavras-chave: estado	Grupo de sentido: :

ficha0006	<i>Masur, Gerhard "Distinctive Traits of Western Civilization - Through the Eyes of Western" in The American Historical Review, Vol. 67, No. 3, (Apr., 1962), pp. 595-596</i>
<p>Paralleling these attempts of Anglo-French rationalism to define the meaning of Western civilization by the watchwords of progress, science, and the rule of reason, run the interpretations offered by German philosophers such as Lessing, Immanuel Kant, and Herder. In all of them the Christian legacy with definite Protestant overtones is stronger, and consequently the eschato-logical emphasis greater, than in Voltaire or Turgot. Lessing renewed the hope for the education of the human race, and Kant sketched a program of world history as the formation of a civil society based on legal foundations with a cosmopolitan range.</p>	
Contexto da citação: . Sociedade civil aparece em referência a Kant	
Comentário: sociedade civil é um avanço civilizacional, apontando para uma direção universalista do genero humano, baseado na lei	
palavras-chave: Kant	Grupo de sentido: :

ficha0007	<i>Masur, Gerhard "Distinctive Traits of Western Civilization - Through the Eyes of Western" in The American Historical Review, Vol. 67, No. 3, (Apr., 1962), p. 593</i>
<p>The channels by means of which these ideas survived are still quite unexplored, but they were undoubtedly open to G. W. F. Hegel and his dialectic triad, to Auguste Comte, and even to Russian thinkers like Fedor Dostoevski and Sergei Soloviev. And who could fail to note that all of the Marxian prophecies are colored by the expectation of a mankind nearing the millennium?</p>	
Contexto da citação: trata da origem do pensamento histórico ocidental, ligado fundamentalmente ao cristianismo	
Comentário: a Rússia é colocada ao lado do ocidente, mas de forma particular	
palavras-chave: cristianismo; Rússia	Grupo de sentido: :

ficha0008	<i>Challener, Richard D.; Lee Jr., Maurice "History and the Social Sciences - The Problem of Communications" in The American Historical Review, Vol. 61, No. 2, (Jan., 1956), p. 336</i>
The point is, however, that historians in these fields are now concerned with "total situations." The military historians of today have demonstrated the fact that changes in the military institutions of a country affect the social institutions of that nation, and vice versa—that there is a reciprocal relationship between the institutions and policies of the military establishment and those of the civil society that supports it.	
Contexto da citação: discute o papel da história nas ciências sociais,	
Comentário: sociedade civil distinta das estruturas estatais, no caso as instituições militares. No entanto, havia uma determinação recíproca entre elas. A sociedade civil dá suporte, justifica a existência das instituições militares, e portanto é superior a estas, mas é também determinada por estas	
palavras-chave: não-estado	Grupo de sentido: população/soberana:

ficha0009	<i>Savelle, Max "Nationalism and Other Loyalties in the American Revolution" in The American Historical Review, Vol. 67, No. 4, (Jul., 1962), pp. 919-920</i>
<p>In the Continentalist, Hamilton argued for a "continental" concept of the United States, and in language that has a clearly national flavor. And he concluded, "Happy America, if those to whom thou hast intrusted the guardianship of thy infancy know how to provide for thy future repose, but miserable and undone, if their negligence or ignorance permits the spirit of discord to crest her banner on the ruins of thy tranquility."⁵⁷ It cannot be said unequivocally that Hamilton was motivated, in his writings during the war years, by loyalty to a national ideal as against the promptings of his supreme genius for the expedient and the practical—for a constitution that would work. The same uncertainty applies to Pelatiah Webster, who published a proposal for a strong central government just at the end of the war, in 1783.⁵⁸ Webster's thinking was concerned with the philosophy of the state, rather than with any image of a nation: "A number of sovereign States united into one Commonwealth, and appointing a supreme power to manage the affairs of the union, do necessarily and unavoidably part with and transfer over to such supreme power, so much of their own sovereignty, as is necessary to render the ends of the union effectual. ... Just so, every member of civil society parts with many of his natural rights, that he may enjoy the rest in greater security under the protection of society." ⁵⁹ Here is no question of emotional loyalty; the image is that of a body politic formed under the terms of a social compact, not clearly, however, one of a nation</p>	
<p>Contexto da citação: no contexto geral de discutir a relação de cada indivíduo com a nação, cita um autor que podera o sentimento de pertença em oposição a interesses individuais. Esse autor (do XVIII) cita o termo sociedade civil.</p>	
<p>Comentário: distingue sociedade civil, sociedade e estado</p>	
<p>palavras-chave: Pelatiah Webster</p>	<p>Grupo de sentido: não estado:</p>

ficha0010	<i>Hexter, J. H. "The Loom of Language and the Fabric of Imperatives - The Case of Il Principe and Utopia" in The American Historical Review, Vol. 69, No. 4, (Jul., 1964), p. 962</i>
<p>What More was up to is clear from his speech; it is yet clearer from his silence, especially his silence in the second part of Utopia where he describes the best ordering of a commonweal or civil society. For in that society there are no "true" nobles or "true" gentlemen; there are no nobles or generosi at all; there are only citizens. This is curious enough, most eccentric indeed with respect to that large sector of the current fabric of imperatives which assimilated excellence to status by blanketing both with the terms nobilis and generosus. Yet the language of Part II of Utopia is even more revealing and more curious if one looks at it from the vantage point provided by the English translation of the book that Ralph Robinson made in the 1550's.</p>	
<p>Contexto da citação: Se refere a Thomas Morus falando sobre o governo, aproximando uma concepção positiva de generosus à virtude positiva de maquiavel. Em seguida, passará a analisar a tradução para o inglês da obra de Morus, e como lá há uma inversão de valores em relação ao t</p>	
<p>Comentário: sociedade civil é sinônimo de commonweal, um conjunto de cidadãos</p>	
palavras-chave: tomas morus	Grupo de sentido: população:

ficha0011	<i>Morse, Richard M. "Some Characteristics of Latin American Urban History" in The American Historical Review, Vol. 67, No. 2, (Jan., 1962), p. 330</i>
<p>The captain-general described the wasteful methods of agriculture and wrote, "Men seeking virgin forest ever are separating themselves further from Civil Society." Newly arrived Portuguese were almost the only persons of means in the towns, for well-to-do landowners maintained only secondary residences in them. People of humble station objected to community life "because they want to live in liberty, in dissoluteness, in their vices, free from every kind of justice; and the great ones because they want to exploit the former, and from this are born or thought up all the ways possible to impede the establishment of the villages."</p>	
<p>Contexto da citação: tradução de carta de Morgado de Mateus, sobre os colonos que vem ao novo mundo (e a necessidade de fundar cidades)</p>	

Comentário: tradução de 1951: Letters of Morgado de Mateus quoted by Carlos Borges Schmidt, "Rural Life in Brazil," in Brazil, Portrait of Half a Continent, ed. T. Lynn Smith and Alexander Marchant (New York, 1951), 169-71	
palavras-chave: morgado de mateus	Grupo de sentido: :

ficha0012	<i>Rath, R. John "The Carbonari - Their Origins, Initiation Rites, and Aims" in The American Historical Review, Vol. 69, No. 2, (Jan., 1964), p. 395</i>
What do all the jargon and mystical symbolism dealing with the initiation ritual and catechism of the various Carbonari grades signify as far as the political aims of the Carbonari were concerned? From the first two grades one finds very few clues in answer to this question. In the first grade nearly all the talk, much of it in the symbolic language of the medieval charcoal burners and vendors who most Carbonari believed were the real founders of their society, was about virtue, leading man back to his original goodness, the need for charity, the perfection of the human spirit and civil society, and the teachings of the "true philosophy" as revealed in the language of nature.	
Contexto da citação: comenta a função dos rituais iniciáticos dos carbonari	
Comentário: sociedade civil complementa "espírito humano", como sendo a esfera temporal, totalidade social anterior ao estado	
palavras-chave:	Grupo de sentido: totalidade social:

ficha0013	<i>Kingdon, Robert M. "Calvinism and Democracy - Some Political Implications of Debates on French Reformed Church Government, 1562-1572" in The American Historical Review, Vol. 69, No. 2, (Jan., 1964), pp. 399-400</i>
These are the most considered and extended references to "democracy" resulting from the entire controversy. They are very nearly the most complete and the earliest (of which I have knowledge) in the entire Reforma-tion period. They make it clear that there were thinkers, in the earlier stages of the Protestant Reformation, who were quite willing to consider analogies between civil and ecclesiastical government and to apply to one sphere arguments drawn from thought about the best form of government in the other sphere. And at least one of these thinkers was convinced that a "democratic" government was best for the church, and might also be best for civil society.	

Contexto da citação: discute as idéias de Theodore Beza, teórico calvinista do XVI	
Comentário: iguala sociedade civil a governo civil	
palavras-chave: estado; democracia	Grupo de sentido: totalidade social:

ficha0014	<i>Oakley, Francis "Almain and Major - Conciliar Theory on the Eve of the Reformation" in The American Historical Review, Vol. 70, No. 3, (Apr., 1965), pp. 676-677</i>
<p>He took as his point of departure the general question of the source of royal authority in secular political society.⁸ It does not come immediately from God, nor from the prince himself, but from the whole community, which, having conferred it upon him, retains always the right to withdraw it again and to depose him if his rule tends not to the good of the community but to its destruction. Were things otherwise, the community as a whole would not have power sufficient to prevent its own ruin,⁹ clearly an unthinkable state of affairs, for Almain does not deem it necessary to elaborate the point. One is prepared, then, for him to make an immediate inference to conditions in the ecclesiastical polity, and it comes as something of a surprise when he turns, instead, and devotes his whole second chapter to distinguishing sharply between civil society and the Church. The Church is not merely a political body, he says, but the mystical body of Christ.¹⁰ It is ordained not merely to a natural goal, but to the supernatural end of eternal salvation, and its power is neither natural nor of human institution. It is, instead, from God alone, and, exceeding therefore all human authority, cannot be instituted, destroyed, or even restricted by man.</p>	
Contexto da citação: Apresenta a posição de Almain no debate sobre a relação entre os concílios e o papa, durante o papado de Júlio II	
Comentário: sociedade civil distinta da igreja	
palavras-chave: corpo político	Grupo de sentido: população/corpo político:

ficha0015	<i>Solt, Leo F. "Puritanism, Capitalism, Democracy, and the New Science" in The American Historical Review, Vol. 73, No. 1, (Oct., 1967), pp. 26-27</i>
<p>In order to deprive the magistrate of any power to persecute for ecclesiastical causes, the Puritans separated the church from the state, the world of grace from the world of nature. According to A. S. P. Woodhouse, a principle of analogy operated between these two spheres of man's existence in a completely noncontradictory fashion⁴² If the Saints of an Independent church congregation were all equal before God, then all men were surely equal within the state. But the Saints of New England did not see things this way, and they thought that only the lay Saints should participate in state activity, thereby creating a civil society of great inequality.⁴³ If the Saints of an Independent church bound themselves together in a mutual church covenant, then here was surely a precedent for the social contract or the business contract. But, as Michael Walzer has pointed out, the covenant and the contract were based on completely opposite views of human nature: the covenant "institutionalizes suspicion and mutual surveillance" whereas the contract assumes an attitude of trust and good will.⁴⁴ According to S. F. Mason, God's immutable decrees in Calvinism were the laws of nature, "the theological doctrines of predestination thus preparing the way for the philosophy of mechanical determinism."⁴⁵ While there is a resemblance between Calvinistic decrees imposed on mankind by a sovereign God (something like Mosaic law) and natural law (whether in science, politics, or economics) imposed from the outside on the universe by a watchmaker God, Calvin's decrees are not apprehended by reason as are the laws of nature. After all, said the Puritans, how can one inquire into the inscrutability of God's wisdom? And it must not be forgotten, as Perry Miller has reminded us, that since God was sovereign He reserved to himself the right to reverse or interrupt the laws of nature by divine intervention.⁴⁶ While there appear to be some parallels between the world of grace and nature, we cannot assume that Puritans were always consistent in their beliefs in all areas of activity. And, in the final analysis, the Puritan hoped to bring the world of nature under the control of the world of grace. His primary goal was to spiritualize the world in all of its manifestations.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: sociedade civil é composta pelos súditos do estado - a desigualdade de direitos entre os cidadãos gera uma sociedade civil desigual	
palavras-chave:	Grupo de sentido: população/corpo político:

ficha0016	<i>Paul, Harry W. "In Quest of Kerygma - Catholic Intellectual Life in Nineteenth-Century France" in The American Historical Review, Vol. 75, No. 2, (Dec., 1969), p. 409</i>
<p>The Catholic Bordas-Demoulin (1798-1859), like the theoretical Catholic Philippe Buchez, saw the French Revolution as Christian in its principles. (Buchez [1796-1865] is well known to historians for his collaboration with P.-C. Roux-Lavergne on the <i>Histoire parlementaire de la revolution francaise</i> [40 vols., Paris, 1834—38].) Bordas' argument, in the <i>Essais sur la reforme catholique</i>, that the Church, in its internal evolution, must follow civil society from autocracy to democracy was the reverse of the dominant trend in ecclesiastical politics in the nineteenth century. He is a suitable patron saint for clerical radicals in the post-Vatican II era. For Bordas the Revolution had as its aims the liberation of the individual and the attainment of the brotherhood of man. Christians ought to finish the Revolution on a political level by working for such things as universal suffrage and democracy and on a social level by opposing capitalist exploitation. Bordas defined progress as the social application of the Gospels. Equally refreshing was his praise for the eighteenth century: although anti-Christian in outlook, it involuntarily showed how Christianity offered the solution to modern social and political problems.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: sociedade civil foi da autocracia para a democracia, portanto é uma esfera social que comporta um regime político	
palavras-chave:	Grupo de sentido: totalidade social:

ficha0017	<i>Cochran, Thomas C. "History and Cultural Crisis" in The American Historical Review, Vol. 78, No. 1, (Feb., 1973), p. 1</i>
<p>ABOUT 1850 MATTHEW ARNOLD found himself "wandering between two worlds, one dead, the other powerless to be born." A little later Leo Tolstoy lamented that "the edifice of civil society, erected by the toil and energy of countless generations, is a crumbling ruin." Later still, in 1889, David A. Wells, the prolific American pundit, wrote that the preceding quarter century "will hereafter rank in history as one that has no parallel, but which corresponds in importance with the periods... when the whole plane of civilization and humanity rose to a higher level, each great movement being accompanied by social disturbances of great magnitude and serious import."</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave: Leo Tolstoy	Grupo de sentido: :

ficha0018	<i>Scott, Samuel F. "Problems of Law and Order during 1790, the Peaceful Year of the French Revolution" in The American Historical Review, Vol. 80, No. 4, (Oct., 1975), pp. 863-864</i>
<p>FOR THE REGULAR ARMY, 1790 was a year of disintegration. More than one-third of the units in the Royal Army suffered from insubordination between January and December of that year, an unprecedented situation. This insubordination ranged from excessive desertion, an essentially passive expression common in the past, to large-scale mutiny; but in more than three-fourths of the instances the insubordination entailed some form of open rejection of the officers' authority by the soldiers under their command. This movement climaxed in the great mutiny at Nancy in late August when three line regiments engaged in a pitched battle with other regular and National Guard units sent to repress them. Although many incidents of insubordination did not immediately affect civil society, the general collapse of military discipline in 1790 was so serious that the government's ability to provide for national defense and to maintain domestic order was dangerously impaired. In addition, many other incidents of insubordination directly involved civilians.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: sociedade civil é algo que o governo defende (protege);	
palavras-chave:	Grupo de sentido: população/distinta e subordinada:

ficha0019	<i>Maier, Pauline "Coming to Terms with Samuel Adams" in The American Historical Review, Vol. 81, No. 1, (Feb., 1976), p. 32</i>
<p>Having denied himself special significance, he naturally respected others who had still fewer traditional claims to status. "No man ever despised more those fools of fortune, whom the multitude admire" than did Adams; "and yet," Eliot noted, "he thought the opinion of the common people in most cases to be very correct." He was "well acquainted with every shipwright, and substantial mechanick, and they were his firm friends through all the scenes of the revolution, believing that to him more than any other man in the community we owed our independence." His writings often took on the guise of speaking for the people; and, though he emphasized the theme of equality mainly in the 1790s when inspired by the French Revolution, he saw it as a major purpose of civil society already in 1771. Yet he was not, as he once put it, of levelling principles. Subordination was necessary for government; public rank was to be respected, and rigidly.⁴⁹ Status must, however, be earned.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: o objetivo da sociedade civil torna-se a igualdade, embora a sociedade civil seja anterior a este objetivo	
palavras-chave:	Grupo de sentido: população/distinta e independente:

ficha0020	<i>Hahn, Erich J. C. "The Junior Faculty in Revolt - Reform Plans for Berlin University in 1848" in The American Historical Review, Vol. 82, No. 4, (Oct., 1977), pp. 893-894</i>
<p>The notion of self-administration rests on the idealized Hegelian view of the state as neutral arbiter above the competing interest groups in civil society. Every state institution had to be shielded against conflict of interest arising from the general frailty of human nature. Therefore the reform plan of the Berlin committee, which contained three left-Hegelians (Hotho and the brothers Benary) and one sympathizer (Gneist), was a model of university self-administration: the government trustee did not have enough authority to indulge in the condescending guardianship of an absolutist bureaucracy, but he could keep in check "exclusiveness, selfishness, laxity, and favoritism." In the Revolution of 1848 the debate on the reform of Prussian local government shows a parallel dispute. The advocates of self-administration, who defended state supervision of local institutions prevailed over those who believed that local and regional autonomy, or self-government, was an essential condition of a democratic system.⁶³ The reform of Prussian local government was rescinded after 1851. Later, during the 1860s, Gneist achieved fame as an advocate of authoritarian (obngkeitlich) self-administration by which he meant a large degree of bureaucratic supervision of elected local assemblies. Not surprisingly, the man who had deemed university teachers incapable of exercising corporate autonomy also thought that Prussian subjects should not run their own county and provincial affairs.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: estado como árbitro neutro em relação aos diferentes interesses concorrentes na sociedade civil	
palavras-chave: hegel	Grupo de sentido: :

ficha0021	<i>Kelley, Donald R. "The Metaphysics of Law - An Essay on the Very Young Marx" in The American Historical Review, Vol. 83, No. 2, (Apr., 1978), p. 362</i>
<p>The fundamental contradiction in Hegel's Rechtsphilosophie—that between a received juridical system and the common good that ought to inform society— had troubled Marx since his first year at the University of Berlin. In Hegel's case it took the form of opposing the state to "the spheres of civil law and personal welfare, the family and civil society." Once again the central question concerned private property and, particularly primogeniture, which isolated property from the family as well as from civil society.³³ Marx pointed out that Roman law—although it provided for slavery, right of conquest, and class conflict—had never confused private property with political power. By keeping the jus privatum separate from the jus publicum, it had also prevented the sovereign will (the imperium) from becoming hereditary. Germanic law was quite different. Hegel epitomized the view that alienated private property— that is, inalienable landed property—from its "social roots" and from public wealth and that identified it with the ruling establishment. "The political constitution at its highest point is the constitution of private property," Marx declared. "The supreme political conviction is the conviction of private property." Here was another god to hate: "Primogeniture is private property become a religion to itself, lost in itself, elated by its own independence and power." It was "crass stupidity."</p>	
Contexto da citação: discute hegel e marx	
Comentário:	
palavras-chave: hegel	Grupo de sentido: esfera própria:

ficha0022	<i>Kelley, Donald R. "Gaius Noster - Substructures of Western Social Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 3, (Jun., 1979), p. 642</i>
<p>Vico was one of the great transformers as well as champions of jurisprudence. His method—indeed, his obsession—to reformulate everything into historical terms meant he could not directly take over the static Gaian triad. Yet Vico himself was notoriously a trichotomizer; and his own neotrinitarian structures displayed certain analogies with those of Gaius. On the level of epistemology, or psychology, the Vichian classes were <i>nosse</i>, <i>velle</i>, and <i>posse</i>; and they might be rendered respectively as self-consciousness (perhaps self-possession or self-control), vitality (or the urge to live and to relate to others), and activity (or desire to act and to achieve). In the course of the historical process these three basic faculties of human nature were transformed into what can be considered as social, beyond a mere individual, consciousness (<i>mens</i>), rationality (<i>ratio</i>), and awareness of divinity (<i>Deus</i>). In the sphere of civil society, another homologous triad, the institutional categories, again were produced by historical development: <i>dominium</i>, which can be understood as control of things, the basis of civil possession, or property; <i>libertas</i>, in social terms the legal order, the rule of law; and <i>tutela</i>, active control over and direction of society on behalf of its values and goals—that is, government.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: propriedade, liberdade e governo	
palavras-chave: vico	Grupo de sentido: :

ficha0023	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 933</i>
<p>Thus, Huguenots used talk about covenants as one of a number of possible ways to support their contention that a relationship of mutual, but also conditional, obligation existed between rulers and ruled. Such talk aided them in the difficult task (difficult especially for evangelicals) of making resistance to supposed tyrants legitimate. Covenant, however, did not seem to Huguenots to explain the nature of the political community. Assumptions about the existence of an ancient constitution and about the naturalness of hierarchy and sociality prevented the articulation of any such evidently conventional, artificial view of the character of civil society. At best, the concept of a covenant was useful, because it married reasonably well with the belief in a reciprocity of rights and duties that not even the most determined advocate of monarchical absolutism was disposed to deny.²⁷ The division of France into warring parties made a treaty (pacte) with mutual guarantees the obvious remedy: pax by pactus.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0024	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), pp.934-935</i>
<p>Equally succinctly he stated the efficient and formal causes of government: "To take away all . . . mutual grievance, injuries and wrongs, there was no way but by growing unto composition and agreement amongst [men in those times when there were no civil societies] by ordaining some kind of government public." Common consent to such government is necessary because, without it, "there were no reason that one man should take upon him to be lord and judge over another." (The past tense, "first beginnings" formulation here is somewhat misleading. The reference is not to prehistory but to a possible and "natural" establishment of a <i>societas perfecta</i>, as Aristotle and Thomas Aquinas had envisaged it.) Plainly, accounts of this sort had little use for covenant, and those who, like Grotius, stood in this tradition managed perfectly well without it and its attendant difficulties.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	

palavras-chave:	Grupo de sentido: :
------------------------	----------------------------

ficha0025	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 935</i>
------------------	--

Apparently, the German Calvinist Johannes Althusius made the first attempt to bring contractual language explicitly derived from Huguenot and Ligue sources and the scholastics' conceptions of civil society together into a self-consciously scholarly political theory. For this reason Althusius has an important place in the history of political contractarianism and not, as Gierke thought, because he provided a model of such an account. In the *Politica methodice digesta* (first published in 1603, often re-edited and reprinted) Althusius insisted on interpreting all significant relationships within the *societas perfecta* as contractual. The relationships were not simply consensual—that was a scholastic commonplace—but were founded on covenants (*pacta*, *foedera*, or *conventus*). Althusius thus interpreted civil society as an association of lesser associations. The elementary association was the family, which was initiated by a *pactum* and involved a *mutua obligatio*. After the family came private associations (*collegia*, *societates*, and the like), all joined together by *pacta* and laws. The association of private associations was the city; an association of cities was a province; and an association of provinces, cities, and estates was the "universal public association." Sovereignty in the public association was not vested, as Bodin supposed, in some absolute monarch but in the public association—that is, in the people or their representatives. Indeed, for Althusius the sovereignty was not absolute at all, since it was limited by both natural and divine law. The supreme magistrate himself attained his power from covenants entered into by and with the whole people. Althusius went further: "No realm or commonwealth has ever been founded or instituted except by contract entered into one with the other, by covenants agreed upon between subjects and their prince-to-be, and by established mutual obligations that both should religiously observe."

Contexto da citação:

Comentário:

palavras-chave:	Grupo de sentido: :
------------------------	----------------------------

ficha0026	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 935</i>
<p>This is not to deny, of course, that Grotius was sometimes prepared to discuss the origin of the state in terms of contract. Indeed, at one point he argued for the inappropriateness of natural body-body politic analogies since the body politic was of a different kind, "since it was formed from a voluntary compact"; Grotius, <i>De jure belli ac pacis libri tres</i>, ed. J. B. Scott (Oxford, 1925), bk. 2, chap. 6, sec. 4, 261. But, when discussing the character of contracts, Grotius never considered the state itself as contractual; see <i>ibid.</i>, chap. 12. When considering the origin of civil society, he merely talked of men joining themselves together "of their own free will"; <i>ibid.</i>, bk. 1, chap. 4, sec. 7, 3. When discussing the origin of legitimate power, he pointed to acquiring "a right through long possession or contract"; <i>ibid.</i>, chap. 4, sec. 15, 1. And, when discussing the right of a state over its subjects, he was concerned with that "most perfect society" of an "association in which many fathers of families unite into a single people and state" that "gives the greatest right to the corporate body over its members"; <i>ibid.</i>, bk. 2, chap. 5, sec. 23</p>	
Contexto da citação: grotius	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0027	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 936</i>
<p>Apart from illustrating the magical ring³⁶ that the word "covenant" had in Calvinist ears, Althusius's theory is instructive for two reasons. In the first place, Althusius plainly could no longer characterize a legitimate association or account for legitimate authority without recourse to ideas of will, artifice, and consent—despite his inordinate fondness for body-body politic and head-king similitudes and despite his elaborately biological vocabulary (he described civil society as symbiosis, citizens as symbiotes), all of which imply that both society and hierarchy are natural rather than artificial. And just as he was unable to accept civil society as simply a natural datum—he was after all a citizen of the Empire—so he could also no longer interpret fundamental law as given and immemorial (perhaps as a result of habits of thought begotten of Roman law, which he frequently cited, and of the persuasiveness of Bodin's concept of sovereignty, which was ever before his mind, even while he was trying to wrest sovereignty from kings and redistribute it to "the people"). The same rejection of the belief that relations of authority and obedience are in any sense natural is discernible in scholastic writing, as we shall have cause to note in a moment. The notion of covenant stood to gain from this tendency, for it afforded a ready and easy way to establish obligations and rights that were not in any obvious sense "natural."</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0028	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 936-937</i>
<p>Althusius's theory is instructive for a second reason. The bearers of rights in his conception are still unmistakably associations, groups, and corporations of various sorts, not individuals. And (again pace Gierke) for all of the changes he rang on the concept of covenant, one covenant he did not contemplate— namely, a covenant between individuals equipped with natural rights. There is, of course, no reason why he should have thought of such a covenant, although (as we know with the benefit of hindsight) this is the covenant that Hobbes made into a durable form of political argument. To imagine a society decomposed into, or a presocial condition made up of, individuals and loose groupings posed no difficulty. A condition of solitariness before civil society, perhaps succeeding the "Golden Age," was a humanist commonplace. The problem was that such a condition was often interpreted as a bellum omnium contra omnes, an image that Hobbes by no means invented.³⁷ An obvious inference from such a premise was the imperative need for a strong, coercive authority, which is hardly what most early proponents of contractualism had in mind.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0029	<i>Höpfel, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 937</i>
<p>ALTHOUGH IT IS NOT POSSIBLE within the present compass to explain how it came to seem plausible to conceive of civil society as a conditional and covenanted association of individuals enjoying "natural rights," certain observations are in order. The rejection of the belief that relations of authority and obedience are in any obvious sense natural was already near at hand when the scholastics distinguished between the natural Tightness of governance and the conventional legitimation of specific governors and forms of government and equally when they distinguished sharply between paternal (that is, natural) and political authority. The latter distinction became increasingly accepted, as Robert Filmer's attack on it shows.³⁸ Clearly, contractual notions played little part in the process. Rather, the sense of individual entitlement to autonomy, however generated, was articulated by exploiting the potentialities of the scholastic concepts of "natural law," "natural rights," and "natural liberty" (Filmer's particular bugbear).³⁹ Hobbes made this proximate source for the terminology of political in-dividualism plain: "They that speak of this subject use to confound ius. and lex, right and law; yet they ought to be distinguished."⁴⁰ Those guilty of such con-founding were obviously late scholastic authors, and in their context the dis-tinction was of little consequence: one man's ius is another man's lex.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0030	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p.937</i>
<p>Furthermore, the need to assert individual (as opposed to corporate) rights against both civil society and governors was evident only in one milieu. The sec-tarian Calvinists or congregationalists and sects tending to Anabaptism needed to assert a right to assemble and worship in churches of their own choosing and making.⁴¹ Since no state conceded such a right, it could not be presented as a civil right; it had therefore to pass as a natural or divine right. Membership in such churches, moreover, required a conscious decision and a willingness to risk many hardships. Since membership was obviously voluntary, obedience could be nothing but conditional. Not surprisingly, too, the extent of the rights pos-sessed by individual members of such congregations with respect to each other and to such authorities within the church as the congregations were prepared to tolerate was unprecedented. Naturally, these congregations articulated the char-acter of their unions as contractual, subject to the fundamental law of the Gospel.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0031	<i>Höpfl, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 938</i>
<p>That the separatist congregations readily drew analogies between their con-gregations and civil societies is curious, for the basis for such analogies seems nonexistent. Separatist congregations were voluntary, located in one place, small, composed entirely of adults, and existed within civil societies whose legitimacy they did not deny. In no way did they resemble civil societies. Yet by 1613 the English separatist Henry Jacob defined a "visible Church of Christ under the Gospel" as "a Spiritual Body Politike ... ; the people also having power of free consent in their ordinary government."⁴² And in 1616 the same author answered the question, "How is a Visible Church constituted and gathered?" with a striking formulation: By a free mutuall consent of Believers joyning and covenanting to live as members of a holy Society together in all religious and vertuous duties as Christ and his Apostles did institute and practise in the Gospell. By such free mutuall consent also all Civill perfect Corporations did first beginne.⁴³</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0032	<i>Höpf, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 938</i>
<p>The Covenant of the "Pilgrim Fathers" of 1620 simply converted the church into a civil society: "Whe . . . do, by these presents, solemnly and mutually in the presence of God and of one another, covenant and combine ourselves together into a civil Body Politick, for our better Ordering and Preservation...'44 Sectarians, then, interpreted their churches as free and voluntary associations founded on covenants. And, by a process that has yet to be fully explained, they appear, having compared their congregations to bodies politic, to have gone on to interpret bodies politic as if they were sectarian congregations. In so doing, they attributed to citizens, as natural rights, the rights of moral autonomy and self-government that they had demanded for themselves as members of the congregation.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0033	<i>Höpf, Harro; Thompson, Martyn P. "The History of Contract as a Motif in Political Thought" in The American Historical Review, Vol. 84, No. 4, (Oct., 1979), p. 940</i>
<p>THE LEVELLERS, THEN, arrived at a conjuncture of covenant (their term was "agreement") and individual natural right. A parallel, or perhaps derivative, thought is discernible in John Milton. Nothing quite like this conjunction had been asserted before. But, despite the claims of commentators to the contrary, the Levellers did not devise the idea of a state of nature.⁵¹ The genius of Hobbes is seen in this invention of a conceptual device that was (1) coherent with his "compositive method" (the state of nature is a possible generation of civil society), (2) able to mobilize for his case the experience of some eighty years of religiopolitical civil war as well as the humanist topos of the post-Golden Age state of man, and (3) capable of serving as a test-bed for assertions of natural right. As Quentin Skinner has shown, Hobbes's theory was widely and quickly recognized as one model of political argument against which the current commonplaces of political thought and attempts to assert contrary positions now had to be measured.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: :

ficha0034	<i>Kramnick, Isaac "Republican Revisionism Revisited" in The American Historical Review, Vol. 87, No. 3, (Jun., 1982), p. 643</i>
See Price, Observations on the Importance of the American Revolution, 60-83, An Appeal to the Public on the Subject of the National Debt (London, 1771), Observations on the Nature of Civil Liberty, 70-85, 109-30, and Additional Observations on the Nature and Value of Civil Liberty and the War with America (London, 1777), 44-46; Tooke, Causes and Effects of the National Debt and Paper Money on Real and Natural Property in the Present State of Civil Society (London, 1795); and Burgh, Political Disquisitions, e.g., 1: 408, and 2: 298	
Contexto da citação: nota de rodapé	
Comentário: está no título de livro do sec. XVIII	
palavras-chave: Tooke	Grupo de sentido: :

ficha0035	<i>Kramnick, Isaac "Republican Revisionism Revisited" in The American Historical Review, Vol. 87, No. 3, (Jun., 1982), p. 650</i>
It is important to note the imprint of Locke on the LCS, for much has been made, of the LCS recently by E. P. Thompson as an example of early working-class ideology in action. ⁵⁶ Radical the members of the society were, granted, but radical petty bourgeoisie. Their Declaration of Principles is a fascinating document, very much influenced by the spirit of Locke. Principle Number One proclaims "that all men are by nature free, equal and independent of each other." No reference is made to Locke, but this passage is, of course, taken verbatim from the opening of paragraph 95 of The Second Treatise. Principle Number Two states that, "to enjoy all the advantages of civil society, individuals ought not to relinquish any more of their natural independence than is necessary to preserve the weak against the strong, and to enable the whole body to act with union." The LCS Declaration of Principles also includes a listing of the civil rights of every individual. At the top is "equality of protection for his liberty, life and property." Further down another important civic right is claimed, one that is by now familiar as a critical issue for these reformers. It is "equality of encouragement for the exercise of his talents, and consequently the free enjoyment of the advantages thereby obtained."	
Contexto da citação:	
Comentário: segundo tratado sobre o governo	
palavras-chave: Locke	Grupo de sentido: :

ficha0036	<i>Kramnick, Isaac "Republican Revisionism Revisited" in The American Historical Review, Vol. 87, No. 3, (Jun., 1982), pp. 659-660</i>
<p>Chapter 5 of The Second Treatise, "On Property," became the received wisdom in advanced radical circles in the late eighteenth century. Priestley described "a difference in industry" as introducing and legitimating inequalities of property, "so that in time some will become rich and others poor." In turn, those with property are led to create civil society by "the desire of securing the undisturbed enjoyment of their possessions."⁸² The philologist and radical Home Tooke is a less likely spokesman for these views, but he, too, felt the impact of Locke's economic ideas. His essay on the nature of property and wealth, published in 1795, begins by proclaiming that "Industry, the bodily labour of the human being is the foundation of all property." The idle, however, "according to the original and natural constitution of things have no right or property in anything." But, by his reckoning, this was by no means the case in Tooke's England. With the exaggerated flair of the middle-class apologist, he asked, "Though it may be easily conceived that this was the case originally when men lived in a state of nature .. ., how is it that [today] the most industrious and laborious are scarcely able to procure even the common necessities of life" at the same time that "the idle, those who never work at all are rolling in luxury, and possess all the property in the kingdom, an inversion of the laws of nature"?</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: segundo tratado sobre o governo	
palavras-chave: Locke	Grupo de sentido: :

ficha0037	<i>Kramnick, Isaac "Republican Revisionism Revisited" in The American Historical Review, Vol. 87, No. 3, (Jun., 1982), p. 660</i>
<p>Tooke, Causes and Effects of the National Debt and Paper Money on Real and Natural Property in the Present State of Civil Society (London, 1795), 2-4</p>	
Contexto da citação: nota de rodapé	
Comentário: está no título de livro do sec. XVIII	
palavras-chave: Tooke	Grupo de sentido: :

ficha0038	<i>Pocock, J. G. A. "The Limits and Divisions of British History - In Search of the Unknown Subject" in The American Historical Review, Vol. 87, No. 2, (Apr., 1982), p. 327</i>
<p>Webb's thesis is clearly suggestive in the construction of a British history. He likes hinting that the role of the military in the governance of England itself may have been under-recognized; this will go down well with historians who wish to represent the Stuart and Whig polity as a dictatorship of its governing class, but less well with those who recognize the strength of the established contention that the governing class and the society it ruled were both profoundly amateur and civilian, their politics pervaded by mistrust of standing armies and even of militias. Webb is a historian of empire rather than of England, and the test of his future volumes will be their success in establishing a relationship between military frontier and civil society in American history down to Revolution and independence. From the viewpoint of the present essay, however, the value of his first book is that his revision of the military-civilian relationship enabled him to insist that England and the English colonies have a single and not a separable history: what is called "the colonial period of American history," he affirmed, was in reality "the period of Anglo-American empire."²⁵ Some of his insights into empire and polity are applicable to that transformation of relationships within the archipelago that led to the creation of modern Britain.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: sociedade civil é sinônimo de civil, em oposição a militar, para tratar o tema da fronteira nos EUA	
palavras-chave:	Grupo de sentido: população/distinta e independente:

ficha0039	<i>Craig, Gordon A. "The Historian and the Study of International Relations" in The American Historical Review, Vol. 88, No. 1, (Feb., 1983), p. 4</i>
<p>Ranke put this in terms that we would doubtless reject as mystagogical when he talked of States as individuals with their own lives, "progressing amid all the turmoil of the world..., each in its own way,... celestial bodies, in their cycles, their mutual gravitation, their systems!"¹⁰ But Eric A. Nordlinger has said very much the same thing in a recent book in which he has rejected the society-centered perspective that, he said, has "a pervasive grip upon citizens, journalists and scholars alike," and has argued persuasively that even the democratic State "is not only frequently autonomous insofar as it regularly acts upon its preferences, but also markedly autonomous in doing so even when its preferences diverge from the demands of the most powerful groups in civil society."</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: Nordlinger, On the Autonomy of the Democratic State (Cambridge, Mass., 1981), 1, 7, 203-19.	
palavras-chave: Eric A. Nordlinger	Grupo de sentido: :

ficha0040	<i>Ross, Dorothy "Historical Consciousness in Nineteenth-Century America" in The American Historical Review, Vol. 89, No. 4, (Oct., 1984), p. 923</i>
<p>Herbert Baxter Adams also read Edward A. Freeman's History of Federal Government and History of the Norman Conquest, with their fulsome Germanist theories, and discovered his English predecessors. Later, when defending his conception of the subject against doubters, Adams pointed out that Freeman's inspiration had come from Thomas Arnold and Barthold Niebuhr. Freeman's motto, "History is past politics and politics, present history," Adams said, grew out of the renaissance in Greek and Roman history inaugurated by the writings of Arnold and Niebuhr. It descended from Aristotle's belief that "civilized man lives and moves and has his being in civil society," and it is in this sense, Adams claimed, that the "main current of human history runs through the channel of politics."⁴¹ Thus, Adams laboriously reconstructed his scientific pedigree back to the same civic humanism that, working through the American republican tradition, had been unconsciously leading him there all along.</p>	
Contexto da citação: Herbert Baxter Adams	
Comentário:	
palavras-chave: Herbert Baxter Adams	Grupo de sentido: :

ficha0041	<i>John Patrick Diggins, "Comrades and Citizens - New Mythologies in American Historiography - Reply" in The American Historical Review, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), p. 646</i>
<p>Gramsci declared that in America "the fundamental problem of hegemony has yet to be posed," and he, too, saw, as did Tocqueville, Veblen, and Louis Hartz, the enormous significance in the absence of a feudal stage of history in America's past. "The non-existence of viscous parasitic sedimentations left behind by past phases of history has allowed industry, and commerce in particular, to develop on a sound basis." Genovese believed he could use the concept of hegemony to explain aristocratic paternalism; Gramsci used it to explain America's bourgeois consensus; and J. G. A. Pocock would have us believe that the tension between classical republicanism and modern liberalism, the "dialectic of virtue and commerce," has continued throughout American history. Gramsci made it clear, as did Tocqueville, Weber, Sombart, Veblen, and Hartz, that liberalism emerged as the dominant ideology. "Amérianisation requires a particular environment, a particular social structure (or at least a determined intention to create it) and a certain type of State. The State is the liberal State, not in the sense of free-trade liberalism or of effective political liberty, but in the more fundamental sense of free initiative and of economic individualism which, with its own means, on the level of 'civil society,' through historical development, itself arrives at a regime of industrial concentration and monopoly."</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: citação de gramsci sobre americanismo	
palavras-chave: gramsci	Grupo de sentido: :

ficha0042	<i>Lears, T. J. Jackson "The Concept of Cultural Hegemony - Problems and Possibilities" in The American Historical Review, Vol. 90, No. 3, (Jun., 1985), p. 570</i>
<p>Consent, for Gramsci, involves a complex mental state, a "contradictory consciousness" mixing approbation and apathy, resistance and resignation. The mix varies from individual to individual; some are more socialized than others. In any case, ruling groups never engineer consent with complete success; the outlook of subordinate groups is always divided and ambiguous. Gramsci's preoccupation with consent led him to recast the "base-superstructure" model of classical Marxism. He narrowed the economic base to include only the material and technical instruments of production; he broadened the superstructure to include political society, civil society, and the state. For Gramsci, "The State, which is usually thought of as political society—i.e., a dictatorship or some other coercive apparatus used to control the masses in conformity with a given type of production and economy—[is] a balance between political society and civil society, by which I mean the hegemony of one social group over the entire nation, exercised through so-called private organizations like the Church, trade unions, or schools." The state, in other words, is "hegemony protected by the armour of coercion." While his language suggests that "the masses" are still in the grip of a monolithic ruling class, Gramsci departed in important ways from classical Marxism. He not only allowed for a more complex superstructure but also reconsidered its relation to the base. For Gramsci mental life is more than a pale reflection of more basic developments in material life. The link between the two realms is not linear causality but circular interaction within an organic whole</p>	
Contexto da citação: artigo sobre hegemonia cultural	
Comentário: gramsci sobre sociedade civil	
palavras-chave: gramsci	Grupo de sentido: :

ficha0043	<i>Freeze, Gregory L. "The Soslovie (Estate) Paradigm and Russian Social History" in The American Historical Review, Vol. 91, No. 1, (Feb., 1986), p. 35</i>
<p>The survival oisoslovnost', even if in an attenuated form, remained a significant impediment to the political reconstruction of autocracy, as the disappointing fate of an official so energetic as Stolypin testifies.⁸⁷ Indeed, soslovnosV—as a legal principle, as mentalité—formed a crucial barrier to the political modernization of the old regime, for it was utterly antithetical to the creation of a modern civil society, which is a sine qua non for a democratic order. Hence, soslovnost\ if not sosloviia, survived to the end of the ancien régime and, in some significant respects, even into the Soviet period.⁸⁸ At least nominally, the soslovie system did not disappear until November 1917, when it was formally abolished by the new Bolshevik government. Indeed, that was one of the Bolsheviks' first acts—along with the more famous decrees on peace, land, and bread.</p>	
Contexto da citação: estuda o conceito de estado na Rússia, desde a Rússia pré-revolucionária	
Comentário: sociedade civil moderna é necessária para uma ordem democrática, o que não foi possível diante do conceito de estado que havia na Rússia no período pré-revolucionário	
palavras-chave:	Grupo de sentido: distinta e independente:

ficha0044	<i>Maza, Sarah "Domestic Melodrama as Political Ideology - The Case of the Comte de Sanois" in The American Historical Review, Vol. 94, No. 5, (Dec., 1989), p. 1261</i>
<p>Lacretelle's discussion of marriage and women in this context illustrates Carole Pateman's argument with regard to classical contractual theory: that the social contract, the free covenanting of rational beings that gives birth to civil society, nearly always implies a prior sexual contract in the form of marriage, which, by institutionalizing the "natural" unfreedom of women, deprives them of access to the political sphere. In classic contractual theory, she wrote, "entry into the original contract is a rational act"; but, since nearly all of the classic theorists believed that sexual difference implied a difference in rationality, only men were viewed as possessing the attributes necessary for partaking of the original socio-political contract.⁵⁸ For someone like Lacretelle, and for many of his readers, the scandal of Sanois's story ultimately lay in its revelation that a married woman, unreasonable by nature and unfree by virtue of her prior subjection to her husband, could have access to public, coercive power</p>	
Contexto da citação:	

Comentário: Carole Pateman, <i>The Sexual Contract</i> (Stanford, Calif., 1988), 4-6.		
palavras-chave:	Carole Pateman	Grupo de sentido: :

ficha0045	<i>Maza, Sarah "Domestic Melodrama as Political Ideology - The Case of the Comte de Sanois" in The American Historical Review, Vol. 94, No. 5, (Dec., 1989), pp. 1261-1262</i>
------------------	--

The political message of Lacretelle's trial brief was thus inscribed in the socio-sexual dynamics of the Sanois couple. But, lest anyone should miss the point, he also stated it directly. In the last third of his memoir, Lacretelle moves into a general discussion of the history and uses of lettres de cachet, culminating in a profession of faith in legal and contractual government. While the use of lettres de cachet originated in Louis XIV's forcible pacification of the realm, such a practice flew in the face of the "true principles" of civil society in general and of the French "constitution" in particular. Since society was based on the combination of wills and interests whence emerged the law, every punishment of offenders "must be written into Law and inflicted by the Law." Any exception to this principle was an implicit attack on society. To those who might object on the grounds of monarchical prerogative, Lacretelle answered that, while monarchies might have their origins in usurpation, their survival (unlike that of despotic governments) was implicitly based on popular consent: "It is base flattery to have [monarchy] descend from heaven," he wrote, "it has a truer and equally noble sanction in the consent of the people

Contexto da citação:

Comentário: Lacretelle, *Memoire pour le Comte de Sanois*, 144 and following, 155, 164.

palavras-chave:	Pierre Louis de Lacretelle	Grupo de sentido: :
------------------------	----------------------------	----------------------------

ficha0046	<i>Painter Jr., Borden W. "Renzo De Felice and the Historiography of Italian Fascist" in The American Historical Review, Vol. 95, No. 2, (Apr., 1990), p. 399</i>
------------------	---

Antonio Gramsci's revision of Marxism stressed the significance of the political superstructure, the special role of intellectuals in the class struggle, and the concept of hegemony in civil society. Although Gramsci's concepts have given many historians a useful and sometimes highly illuminating context within which to work, De Felice has rejected Gramscian categories, thus setting himself on a collision course with most of Italy's intellectual and academic elite.

Contexto da citação: Estuda De Felice e a historiografia do fascismo. No trecho, apresenta rapidamente o pensamento de gramsci para logo em seguida marcar as discordâncias de De Felice em relação a esta linha	
Comentário: apresenta o pensamento de gramsci, enfatizando o papel dos intelectuais na luta de classes e da hegemonia na sociedade civil	
palavras-chave: gramsci	Grupo de sentido: :

ficha0047	<i>Flanagan, Maureen A. "Gender and Urban Political Reform - The City Club and the Woman's City Club of Chicago in the Progressive Era" in The American Historical Review, Vol. 95, No. 4, (Oct., 1990), p. 1033</i>
The members of both the Woman's City Club and the City Club were deeply engaged in political action of the sort Eric Foner has characterized as concerned with "how power in civil society is ordered and exercised [and] the way in which power was wielded and conceptualized." ⁷	
Contexto da citação: citação de Eric Foner, Politics and Ideology in the Age of the Civil War (New York, 1980),	
Comentário: o artigo trata do papel das mulheres	
palavras-chave: Eric Foner	Grupo de sentido: :

ficha0048	<i>Waldron, Arthur "The Warlord - Twentieth-Century Chinese Understandings of Violence, Militarism, and Imperialism" in The American Historical Review, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1095</i>
Hu extended such analyses in an exchange with Liang Shuming in 1930. In his article "Which Road Are We Going?" written on April 13, 1930, Hu had listed "five enemies" of China, with "disorder" as the fifth. Conspicuously, he did not talk about warlordism, imperialism, or capitalism, although he did mention the dangers posed by self-proclaimed revolution and unbridled violence. ⁷⁶ For this, Liang Shuming (1893-1988) took him to task, maintaining in the second issue of his journal Cunzhi that "warlordism" was the true source of China's ills. Hu, in his response of July 1930, continued to insist that the origin of warlordism lay in the failure of civil society, not in imperialism. Poverty and internal strife in China long antedated imperialism. The real problem was disorder: "Warlords are a product of disorder."	
Contexto da citação: estuda os senhores da guerra na china	
Comentário: a sociedade civil falha em organizar a sociedade, e daí aparecem os senhores da guerra	

palavras-chave:	Grupo de sentido: população/distinta e independente:
------------------------	--

ficha0049	<i>Waldron, Arthur "The Warlord - Twentieth-Century Chinese Understandings of Violence, Militarism, and Imperialism" in The American Historical Review, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1100</i>
A sixty-year cycle has been completed in China since the end of the Northern Expedition, and political debate in China seems to have returned to where it was then: to basic issues of the nature of civil society, the status of force, and how to break once and for all the patterns of internal political violence that led to the creation of the vocabulary of the junfa in the first place.	
Contexto da citação: estuda os senhores da guerra na china	
Comentário:	
palavras-chave:	Grupo de sentido: população/distinta e independente:

ficha0050	<i>Tyrrell, Ian "American Exceptionalism in an Age of International History" in The American Historical Review, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1032</i>
cita o artigo "American Exceptionalism' Revisited: The Role of Civil Society," The Public Interest, 95 (Spring 1989): 38-56	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave: Daniel Bell	Grupo de sentido: :

ficha0051	<i>McGerr, Michael "The Price of the New Transnational History" in The American Historical Review, Vol. 96, No. 4, (Oct., 1991), p. 1057</i>
cita o artigo "American Exceptionalism' Revisited: The Role of Civil Society," The Public Interest, 95 (Spring 1989): 38-56	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave: Daniel Bell	Grupo de sentido: :

ficha0052	<i>Goheen, R. B. "Peasant Politics? Village Community and the Crown in Fifteenth-Century England" in The American Historical Review, Vol. 96, No. 1, (Feb., 1991), p. 61</i>
M. E. James, Family, Lineage and Civil Society (Oxford, 1974)	
Contexto da citação:	
Comentário:	
palavras-chave: M. E. James	Grupo de sentido: :

ficha0053	<i>Bakhash, Shaul "Iran" in The American Historical Review, Vol. 96, No. 5, (Dec., 1991), p. 4196</i>
<p>The Iranian Revolution clearly involved an uprising by the poorer and less privileged classes against the wealthier and more privileged members of society. But it is also possible that the outcome of the Iranian Revolution is better understood not in terms of class but as the seizure of the state by a new but narrow and self-serving ruling group. The social origins of this ruling group do not necessarily tell us much about the classes that dominate Iran in the postrevolution period or about those to whose benefit policies are determined. It may be true, as Abrahamian argues, that the petty bourgeoisie has largely remained immune from the property seizures and expropriations initiated by the revolutionary government. But all property is insecure in postrevolutionary Iran. Some distribution of wealth has taken place, but the transfer of wealth has been not so much from one class to another as from the private sector to that already swollen leviathan, the state. The primary beneficiaries are the powerful men of the state and their associates—merchants, middlemen, distributors, contractors—in the private sector. As has happened repeatedly in modern Iranian history, power is concentrated in the state and is ultimately arbitrary. What exists of civil society is to be found in the private space that small groups of people manage to carve out for themselves, away from the long arm and intrusive eyes and ears of the state</p>	
Contexto da citação: conclusão do texto	
Comentário: a sociedade civil é radicalmente distinta do estado, mas não deveria ser	
palavras-chave:	Grupo de sentido: distinta e independente:

ficha0054	<i>Hitchins, Keith "Romania" in The American Historical Review, Vol. 97, No. 4, (Oct., 1992), pp. 1080-1081</i>
<p>This is not the place to describe Communist rule.⁴⁴ Nor can its effects on the long-term development of Romania be fully measured without greater historical perspective. In time, the period may be judged an aberration that diverted Romania from the Europeanizing course it had taken in the early nineteenth century. But historians will undoubtedly point to those aspects of development in the Communist period that suggest continuity with the interwar years. They may note, for example, similar strivings to industrialize and to attain economic independence from Western Europe (and after 1960 from the Soviet Union) and may cite the role of the state as economic coordinator. There will be those, too, who will see Communist rule as having contributed to the century-long process of modernization through forced industrialization, the reordering of agriculture and rural society, and the introduction of extensive collective social benefits. Yet, whatever the judgment of historians may be in the future, it is evident now that the overall experience of Communism for Romanians was traumatic. In the economy, it substituted central control for the entrepreneurial spirit; in political and social life, it submerged civil society in institutions lacking integrity; in intellectual life, it stifled the free expression of the human spirit; and, gravest of all, it did incalculable injury to the collective moral sense by proliferating laws and disdaining Law.</p>	
Contexto da citação:	
Comentário: a sociedade civil é formada por instituições, a grandemente afetada pelo governo comunista	
palavras-chave:	Grupo de sentido: distinta e subordinada: